



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Gabriela Piuco de Amorim

**Resistências em escuta:** uma experiência psicanalítica em políticas públicas

Florianópolis

2020

Gabriela Piuco de Amorim

**Resistências em escuta:** uma experiência psicanalítica em políticas públicas

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação  
em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina  
para a obtenção do título de mestre em Psicologia.  
Orientador: Prof. Dra. Ana Lucia Mandelli de Marsillac  
Coorientador: Prof. Dra. Marcela Andrade Gomes

Florianópolis

2020

### Ficha de identificação da obra

Amorim, Gabriela Piuco  
Resistências em escuta : uma experiência psicanalítica  
em políticas públicas / Gabriela Piuco de Amorim;  
orientador, Ana Lucia Mandelli de Marsillac, coorientador,  
Marcela Andrade Gomes, 2020.  
81 p.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2020.  
Inclui referências.  
1. Psicologia. 2. Psicanálise e políticas públicas. I.  
Mandelli de Marsillac, Ana Lucia. II. Andrade Gomes,  
Marcela. III. Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia. IV. Título.

Gabriela Piuco de Amorim

**Resistências em escuta:** uma experiência psicanalítica em políticas públicas

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof., Dr. Jorge Broide

PUC – SP

Profa. Dra. Jaquelina Maria Imbrizi

UNIFESP

Profa. Dra. Meriti de Souza

PPGP- UFSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Psicologia.

---

Coordenador(a) do Programa

---

Profa. Dra. Ana Lucia Mandelli de Marsillac

Orientador(a)

Florianópolis, 2020.



## AGRADECIMENTOS

A professora Ana Lucia Mandelli de Marsillac, orientadora desde as primeiras palavras da minha formação profissional. A professora Marcela Andrade Gomes, que cruzou meu caminho trazendo consigo entusiasmo e novas ideias.

Aos sujeitos que possibilitaram esta experiência de escuta. As minhas equipes e colegas de trabalho diário.

As amigas Lais, Barbara, Amanda, Raphael e Lucimara, que vivenciaram comigo os tempos mais difíceis e que hoje me repartem suas alegrias.

Aos amigos e amigas Leonardo, Mariana, Juliana, Maria Aparecida, Kariene, Marcos, Aristóteles, Thais, Fernanda, Elisa, Julio e Isadora que em seus diferentes tempos e espaços me são conforto, leveza e alegria.

Aos meus afilhados Pedro, Valentina e Anna Terra que me tiveram ausente em muitos momentos e, ao mesmo tempo, se fizeram presentes na lembrança de que existe um mundo lá fora.

A minha família, meu pai João e minha mãe Sueli que sustentaram esta escrita junto comigo e que apostam diariamente na minha invenção. Aos meus tios e tias, que são caminho trilhado na minha história. A minha madrinha Teresinha e meu padrinho Gilson que sempre foi referência para que pudéssemos também adentrar no caminho acadêmico. Aos meus primos-irmãos Vanderleia, Karolyni, Elton, André, Giselle, Guilherme e seus companheiros e companheiras Anderson, Igor, Bianca e Gabrielle, por construírem uma vida comigo.

A minha Iyalorixá Adriana Leke, que possui as águas nos braços que me cuidam. Ao meu Egbé que mesmo diante da minha ausência me transmite força.

Aos meus Orixás e a minha ancestralidade.

*Todo o tempo que eu viver  
Só me fascina você,  
Mangueira  
Guerreei na juventude  
Fiz por você o que pude,  
Mangueira  
Continuam nossas lutas,  
Podam-se os galhos,  
Colhem-se as frutas  
E outra vez se semeia  
E no fim desse labor  
Surge outro compositor  
Com o mesmo sangue na veia  
Sonhava desde menino  
Tinha um desejo felino  
De contar toda a tua história  
Este sonho realizei  
Um dia a Lira empunhei  
E cantei todas tuas glórias  
Perdoe-me a comparação  
Mas fiz uma transfusão  
Eis que Jesus me premeia  
Surge outro compositor  
Jovem de grande valor  
Com o mesmo sangue na veia  
**Fiz Por Você O Que Pude – Cartola***





## RESUMO

Esta pesquisa configura-se a partir da análise de uma experiência de escuta psicanalítica no campo das políticas públicas de saúde e assistência social. Desenvolveu-se a partir do trabalho da pesquisadora em um serviço de atendimento ambulatorial a crianças e adolescentes em sofrimento psíquico grave, situado em uma Policlínica Municipal, e em um Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, ambos sob o vínculo de servidora pública. A partir desta trajetória, objetivou-se analisar as possibilidades de contribuição da psicanálise no âmbito das políticas públicas, articulando a experiência singular com a teoria psicanalítica de Freud, Lacan e autores que discutem o laço social na contemporaneidade. Para tanto, a análise viabilizou-se a partir da escrita de diários de campo, nos quais foram relatados o cotidiano de escuta nas instituições e serviços percorridos. A análise de tais diários desdobrou-se segundo o método psicanalítico, embasada na associação livre, na atenção flutuante e na relação transferencial com o campo de experiência, considerando ainda as discussões acerca da psicanálise inserida em sua implicação ético-política. Enquanto pano de fundo para o desenrolar desta investigação, compreendeu-se as políticas públicas como um campo no qual se encerram importantes conflitos de cunho econômico e político. Trata-se deste cenário como um aspecto fundamental onde evidencia-se o intento do Estado Capitalista em, também através das políticas públicas, criar bases e mediações necessárias para a manutenção de sua lógica discursiva e seu amplo aparato hegemônico. A psicanálise, por sua vez, oferece, através de sua concepção de sujeito atravessado pelo inconsciente, uma escuta que busca sustentar a singularidade e a ética do sujeito. A partir da implicação do analista em sua própria resistência e da dimensão ético-política de sua escuta, a psicanálise possibilita, não sem muitos limites, uma resistência política frente ao caráter massificador das políticas públicas, criando fissuras e tensionamentos diante do conflito político que se encerra neste cenário no contexto do Estado Capitalista.

**Palavras-chave:** políticas públicas, laço social, psicanálise;

## ABSTRACT

This research is an analysis through an experience of psychoanalytic listening in health and social assistance public policies. It was developed through out the researcher work at an ambulatorial service for teenager and children in psychic suffering, at a Municipal Polyclinic and at a Protection and Attendance Specialized Service for Families and Individuals, both as public servant at municipal government. Based on the experience of this trajectory, it was chosen as an objective to analyse the possibilities of the psycanalises contribution in the context of public policies, articulating the singular experience of the researcher with Freud and Lacan psicanalitical theory and authors that discuss social bond in contemporaneity. Therefore, the analysis was done through the use of field diary, on which, it has been registered the daily listening at these institutions and services. The analysis of the diaries was made according to the psychoanalytic method, based on free association and free-floating attention and on the transferential relation with the experience field, also considering the discussions about psychoanalysis ethical and political implication. It is a background for developing the investigation, the understood that the public policies as a field of important economical and political conflicts. This scenario is understood as a fundamental aspect that highlights the intent of the capitalist State in, through the public policies, build the necessaries bases and mediations in order to maintain the discursive logic and its hegemonic broad apparatus. Psychoanalysis itself, in turn, offers, through it conception of subject, a listening that looks for sustaining the singularity and a subjective etc. Sustained on the analyst implication on its own resistance and the political and ethical dimension of its listening, psycanalyses enable, nor without a lot of limits, a political resistance before the massified character of the public polices, building fissures and tensions in the political conflicts on this scenario in the Capitalist State.

**Keywords:** public policies, social bond, psychoanalysis

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

PAEFI – Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

## SUMÁRIO

<b>1INTRODUÇÃO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>Capítulo 1 – Políticas Públicas e Psicanálise .....</b>	<b>20</b>
<b>Capítulo 2 – O Sujeito de uma escuta.....</b>	<b>.Erro! Indicador não definido.6</b>
<b>2.1 – Apontamentos sobre o sujeito em Freud e Lacan.....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 - O Sujeito e questões contemporâneas.....</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo 3 – Método e procedimentos .....</b>	<b>37</b>
<b>Capítulo 4 – Análise de experiência clínica: escrita sob transferência.....</b>	<b>45</b>
<b>4.1 - Sujeito Suposto Saber? – a entrada na rede e a abertura para a</b>	
<b>escuta.....</b>	<b>45</b>
<b>4.2 - Transferência e Instituição – construir um lugar para a escuta.....</b>	<b>56</b>
<b>4.3 - Transferência, território e violência.....</b>	<b>60</b>
<b>4.4 -Resistências em escuta – a resistência do analista e o resistir da</b>	
<b>psicanálise.....</b>	<b>67</b>
<b>Costuras e Aberturas.....</b>	<b>77</b>
<b>Referências.....</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é deflagrada a partir do mestrado realizado no PPG em Psicologia, área de concentração em *Psicologia Social e Cultura*, linha *Estética, processos de criação e política* e tem como objetivo articular a escuta psicanalítica e as políticas públicas a partir da análise de uma experiência enquanto psicóloga inserida nas políticas públicas. A partir desta experiência, observou-se que questões sociais e de cunho sociopolítico interpunham-se diretamente na relação transferencial envolvida na escuta do sujeito. Não é novidade a abissal desigualdade socioeconômica que compõe o Brasil e, transitando entre territórios distintos dentro desse campo, surgiram perguntas e situações nas quais foi possível deparar-se com as contradições dispostas dentro das instituições

Fez-se perceptível o quanto territórios distintos carregam significantes específicos, ainda que contados a partir de uma mesma cultura. Isto é, vivemos sob a linguagem de territórios fragmentados, próximos em espaço, distantes em tempos. Transitar por tantos cantos fez presentificar o desejo de realizar uma investigação e fazer deslizar cadeias significantes que compunham as cidades pelas quais se atravessou a experiência. Esta travessia possibilitou a análise da articulação do mais singular da história de cada sujeito com a história das cidades, do território e da cultura. Nesta trama, ainda na graduação, circulei por diversos espaços dos serviços públicos de Florianópolis através de estágios promovidos pelo Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. A psicanálise faz-se presente como possibilidade de pensar a cultura, o sujeito, a cidade e oferecer uma perspectiva ética que oriente a prática diante destas questões

Assim, nestes estágios percebi linhas nas quais os territórios ora se encontram, ora se afastam. Significantes que se articulam, outros que se chocam tamanha diferença de suas imagens e significados. Após a graduação, a partir do cargo de psicóloga, atuei enquanto servidora pública de dois municípios da grande Florianópolis. Seguiram-se os questionamentos e surgiu a necessidade de compartilhar esta experiência e o que se produz de possível – e impossível – a partir dela. A invenção de uma pesquisa, uma investigação, diante de um enigma que move a trama, a análise e talvez elaboração desta experiência, apoia-se no que também já fora compartilhado a partir de diversos psicanalistas, professores e pesquisadores que muito têm se debruçado sobre as temáticas que nos convoca a contemporaneidade.

Desta forma, esta investigação decorre do percurso realizado no curso de mestrado em Psicologia, cujo objetivo intenta articular, dialogar e analisar as possibilidades e dificuldades

para a atuação em políticas públicas a partir da escuta psicanalítica. Para tanto, é crucial que o corpo teórico seja alinhavado com a experiência compartilhada. Trata-se de um texto que visa promover e viabilizar aproximações entre a teoria e a prática, partindo desta última o impulso principal da investigação. Todavia, reconheço o desafio em contar sobre o cotidiano do fazer nas políticas públicas e contar-se neste contexto, sendo necessário ancorar-se em caminhos por outros antes percorridos sem perder o singular do processo específico a ser analisado.

Considero de fundamental importância, ainda que ciente dos limites que a análise da prática implica, a forma com que esta pesquisa se apresenta, expondo e refletindo sobre os aspectos mais triviais da atuação profissional. Estes constituem os principais nós e engodos da prática, pois é na minúcia do cotidiano profissional, que somos confrontados ante a insuficiência e, paradoxalmente, com a potência da escuta e dos atos. Levar à cabo o cotidiano de uma experiência de escuta psicanalítica em instituições responsáveis por executar políticas públicas, articulando as bases que norteiam tal prática e, ao mesmo tempo orientar-se por aquilo que não tem resposta, tende a fazer avançar a produção e o compartilhamento de saberes mais implicados com a prática do que preocupados em satisfazerem instâncias acadêmicas isoladas em si mesmas. Esta arriscada escolha reflete também um posicionamento político diante das nuances de realização de pesquisas acadêmicas. Opta-se por um saber que se constrói de maneira inventiva, destilada a partir de um mal-estar que se orienta em transformar aquilo que se faz pergunta, mas não em fazer cessar a angústia e produzir saberes definitivos, estanques em sua própria produção.

Tomada esta posição, algumas questões preliminares são indispensáveis de tornarem-se nota. Algo da transferência na construção deste trabalho, situado na análise de experiência de escuta psicanalítica enquanto psicóloga nas políticas públicas, é constantemente atravessado pelo vínculo empregatício de servidora pública. Destarte, opto por recobrar alguns apontamentos específicos que creio se fazerem presentes na transferência, na resistência e desejo do psicanalista que adentra às instituições sob tal vínculo de trabalho.

Caminhar pelos corredores das instituições públicas nas quais atuei profissionalmente, trouxe-me certo apego a minudência que circula entre paredes brancas, higienizadas que, em um primeiro olhar, trazem a sensação de que não há diferença alguma posta nestes caminhos. No entanto, atentei-me aos detalhes que resistiam em marcarem-se nessas vias: ali também escutamos. Digo isto, pois os capilares das instituições são povoados pelo mal-estar, por fantasmas, por olhares em espera, por crianças que rompem o silêncio, por usuários que se

moveram até ali com suas histórias, por forças de poder que se articulam politicamente na tentativa de manter a ordem – e as paredes brancas – e por trabalhadores cujas práticas também fazem-se porosas em relação a distintos discursos.

Nessa escuta dos corredores, atentei-me à necessidade de abordar questões que estabelecem um fluxo com o cotidiano desta experiência, ainda que, enquanto psicóloga inserida em um contexto de trabalho institucional frequentemente sejam demandados o cumprimento de protocolos e atividades que se distanciam da escuta do singular do sujeito e da ética da psicanálise. Esta, sem dúvida é enfim uma das questões que aqui se colocam: é possível abrir frestas a partir desta posição no campo?

Não obstante, pensando nas contingências que se estabelecem, observa-se o decréscimo de investimentos nas políticas de seguridade social cuja consequência é de enfraquecimento de direitos conquistados (Franco, 2014), fato que tem seu efeito no cotidiano das práticas profissionais. A título de exemplo, em minha experiência, as equipes enfrentam diariamente dificuldades no acesso a materiais básicos de trabalho técnico, bem como, muitas vezes, a ausência de itens de higiene e estrutura do espaço físico que determinam parte da qualidade do ambiente de trabalho.

Observa-se, nas últimas décadas, a crescente ação do neoliberalismo sobre a formação e desenvolvimento dos Estados Latino-americanos, atraindo, junto aos avanços políticos trazidos com a formação dos Estados democráticos, a piora expressiva das condições de vida das grandes maiorias nacionais, não rompendo sumariamente com as estruturas que as determinam (Boron, 1994). Como consequência, conforme aponta Marielle Franco (2014), seus tentáculos se estendem ao funcionalismo público, entranhando a lógica do mercado nos meandros das políticas públicas. Assim, possibilita-se um investimento pesado em técnicas gerencialistas, voltadas para o cumprimento de metas, o foco na quantidade de atendimentos, a lógica dos resultados efetivos e da produtividade mercantil aplicada ao setor público, sob o crivo do discurso de melhoria das condições de trabalho e dos serviços prestados.

Em contrapartida, o que se obtém são exaustivos turnos de trabalho, baixos salários, redes de atenção psicossocial engessadas através de protocolos mecanicistas, gestões com interesses privados sobre a condição pública e, muitas vezes, perseguições e ameaças aos trabalhadores que se opõem a essa condição. Há, de certo, uma tentativa de despolitização das políticas públicas, institucionalizando as formas democráticas de participação dos usuários e

trabalhadores e destituindo o lugar do conflito de classes, de disputa de ideias e de contradições, próprio da atuação diante das questões sociais (Boron, 1994).

Não por mero acaso, esta forma gerencialista visa a manutenção da lógica mercantil em detrimento da perspectiva das políticas públicas enquanto direito social garantido. Este fator, membrado a um projeto neoliberal global, incide em território latino-americano favorecendo as amarras próprias do sistema capitalista, aprofundando desigualdades, objetivando enfraquecer movimentos de lutas coletivas, precarizando os serviços públicos e validando a investida das iniciativas privadas como emblemas de aplicabilidade lucrativa, efetiva e resolutiva para as questões que se apresentam em nossa sociedade.

Em caráter de considerações primeiras, estas notas justificam-se no intento de contextualizar o pano de fundo que permeia a análise de minha experiência. Entrar a campo, neste caso, o caminhar pelas instituições a partir do ensejo da psicanálise não se desvincula, de forma alguma, das contingências e estruturas preexistentes neste circuito. Assim, a conjuntura política constante na esfera do serviço público constrói parte do cenário no qual desenvolve-se o trabalho cotidiano. Como efeito, vemos o analista no encontro com o trabalhador e tal abaloamento entre significantes não ocorre sem suas questões, sem seus restos, sem uma dimensão impossível que ora nos faz cair em angústia, ora nos move na direção do desejo.

Fato para não ser desmerecido, a burocracia tende a ceifar o desejo amarrando as palavras no automatismo das ações – não há direção para onde se ir, apenas aliena-se no que se pode e pede o cotidiano de uma instituição nesta conjuntura referida anteriormente. Lacan nos apontou o quão importante é a relação do analista e seu desejo e disto também se fala nesta pesquisa: a invenção diante de uma vivência diária, exaurida de possibilidades de abertura, a partir da escrita sobre a própria experiência de escuta. Escrever, muito mais do que passar por um procedimento científico, aqui configura-se como a necessidade de implicar-se com o próprio desejo, tomar direção, ainda que repleta de desvios, daquilo que não nos aliena na própria cena. Analisar a experiência é então um posicionamento, um não rendimento à uma lógica na qual não se escuta e tampouco vivencia-se o singular de cada caminho.

Assim, de forma breve, em um primeiro momento descreve-se o encontro do campo das políticas públicas com a psicanálise, apontando os caminhos históricos e políticos pelos quais essa aproximação é realizada. Em seguida, proponho breve reflexão acerca do sujeito da psicanálise e sua ética articulada na contemporaneidade e suas interrogações. Por fim, trago à tona a experiência analisada em breves momentos e cenas vividas a partir da relação



transferencial com o campo, intentando articula-la com a bibliografia pesquisada, findando o trabalho a partir de aberturas dispostas pela investigação.

## Capítulo 1- Políticas públicas e psicanálise

Em seu texto *Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania*, a professora e pesquisadora Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2008) suscita à análise de que política pública é frequentemente descrita como a ação do Estado em atender às demandas da sociedade, caracterizando-a equivalente à política estatal. Pereira (2008) propõe uma análise crítica a este entendimento, referindo como política pública aquilo que engloba e confronta a relação social entre Estado e sociedade. Isto é, não se trata da política de um Estado, mas sim da contradição entre as demandas deste e da sociedade. A autora convoca à reflexão a partir do termo público, advindo do vocábulo *res pública*, como uma relação dialeticamente contraditória entre Estado e sociedade. Ou seja, nesta perspectiva, a sociedade deveria ser ativa e decisiva na configuração da política pública.

A partir desta concepção, é possível pensar a Política Pública como aquilo que, resultante da dialética entre Estado e sociedade e evidenciando as contradições dispostas enquanto relação social propõe-se a agir diante das necessidades sociais da comunidade constituinte da sociedade em questão. Ou seja, não se trata da resposta a demandas individuais e tampouco de grupos privados específicos. A Política Pública deveria garantir a aplicação de direitos sociais conquistados pela sociedade como um todo e são, por sua vez, operacionalizadas por programas, projetos e serviços (Pereira, 2008). A autora afirma ainda que a política social se estende a partir da política pública, enquanto resultado desta correlação de forças sociais, sendo considerada como as políticas nas quais se atua para atingir as demandas sociais necessárias em determinado tempo e espaço.

Entretanto, Asa Cristina Laurell (2002) chama-nos a atenção para o fato de que a política social se erige na conjectura de um Estado liberal. Isto é, na sua expressão enquanto Estado de Bem-estar, a política social intenta construir uma sociedade a partir da ideia de direitos sociais sem que seja transformada a relação capital-trabalho. Em consequência, no Estado de Bem-estar, a condição para que se tenha acesso aos bens sociais e coletivos, tais como saúde e educação, é a condição de contribuintes e de venda da força de trabalho. Assim, a condição de mercadoria está na base da política social, condicionada a uma relação salarial e reforçada por ela mesma (Laurell, 2002).

A relação das políticas sociais e o Estado de Bem-Estar, convoca à reflexão de suas contradições na perspectiva política que orienta este trabalho. Faleiros (2009) nos diz que a questão da política social se faz central na etapa do capitalismo monopolista entendendo que o

Estado possui o papel de proteger, financiar e suportar o capitalismo tanto nos países centrais, quanto periféricos. Nisto, a estratégia do Estado de Bem-Estar e suas políticas sociais têm fundamental importância, já que, nesta concepção, a elas delega-se a função de mediar e apaziguar a desigualdade inerente ao capitalismo.

Para endossar a discussão, retomo aqui, noção de Estado que Lenin (1917) trabalha em seu intento de apreender a versão da teoria marxista acerca do tema. Lenin relê em Engels o pensamento de que

O Estado é o produto e a manifestação do caráter inconciliável das contradições de classe. O Estado surge onde, quando e na medida em que as contradições de classe não podem objetivamente ser conciliadas. E inversamente: a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis. (Lenin, 1917, p. 29).

Nesta esteira, Faleiros (2009) discute em seu livro *A política social do Estado Capitalista*, a noção apaziguadora que o Estado assumiu no pós-guerra, na ascensão do capitalismo monopólico, defendendo que o chamado Welfare State buscava uma harmonização delineada a partir de uma neutralidade. Ou seja, esta neutralidade do Estado reduzia seu caráter político e buscava a mediação dos conflitos com vistas à manutenção dos interesses do capital. Neste escopo está a política social em sua dimensão liberal já que,

O Estado, ao aparecer como consensual, vem esvaziar a luta de classes e controlar os movimentos sociais, concedendo certos mínimos históricos exigidos pelas classes subalternas depois de muita pressão por parte destas últimas, o que mostra seu compromisso com as classes dominantes (Faleiros, 2009 p. 27).

Prosseguindo com o debate, o autor retoma a visão liberal em sua essência histórica que define a ação espontânea do mercado como viabilizadora do equilíbrio social entre todos os indivíduos. Não realizada a utopia liberal, visto que o mercado é mantenedor das desigualdades sociais, a saída é a correção a partir de medidas fora do mercado (Faleiros, 2009). Estas medidas seriam as políticas sociais definidas a partir do Estado de Bem-Estar e, por outro lado, atacadas pelo neoliberalismo crescente na contemporaneidade. Para Laurell (2002), os neoliberais atacam no Estado de Bem-estar, justamente aquilo que se opõe à mercantilização, ou seja, a solidariedade social e o coletivismo tais como a universalidade, a igualdade e a gratuidade dos serviços sociais, tornando os bens sociais submetidos à lógica do lucro.

Desta forma, condensa-se, em linhas gerais, uma posição crítica com relação à visão liberal das políticas sociais. Levantar esta discussão faz-se necessário para que possamos situar o cenário em contradição que está disposto neste campo de atuação, em detrimento de

seguirmos na direção de uma análise imediatista da função das políticas sociais na contemporaneidade. Parte-se da situação na qual se compreende-as como local de disputas, de conflitos entre as demandas de manutenção do capitalismo avançado e as lutas por direitos sociais das classes trabalhadoras. Desta forma, sem a compreensão histórica destas forças e relações corremos o risco de seguir a estibordo do debate, apenas levados pela correnteza que se esconde sob a superfície.

Acredita-se ainda ser necessário incluir a perspectiva histórico-política no debate sobre a inserção da psicologia nas políticas públicas. Muito se tem abordado sobre a atuação profissional no Sistema Único de Saúde, ou no Sistema Único de Assistência Social. No entanto, aponta-se para uma interpelação anterior, ancorada na função da política social no estado capitalista e sua análise crítica, estendendo-a para o debate da psicologia.

Em linhas gerais, no Brasil a psicologia insere-se no debate das políticas sociais a partir do período de redemocratização do país. Ou seja, em um momento no qual a sociedade estava acirrada em termos de encontros entre necessidades de distintos setores e lutas por direitos sociais outrora negados no período ditatorial. O milagre econômico da década de 70 não havia se efetivado e o Brasil enfrentava grande crise social que foi discutida, com participação popular, ao longo dos anos 80, culminando na Constituição de 1988. (Yamamoto & Oliveira, 2010). Em termos de políticas sociais este período representou importante avanço para a sociedade brasileira sob a égide de fortes movimentos sociais que disputavam a construção dos textos institucionais na perspectiva de garantir direitos, embora não tenham sido de fato implementadas em um primeiro momento (Yamamoto & Oliveira, 2010). Um dos mais importantes avanços foi o movimento social da Reforma Sanitária, que culminou na criação do Sistema Único de Saúde e na inclusão da garantia de atendimento em saúde pública como direito do povo e dever do Estado na Constituição Federal. É neste escopo que os psicólogos se inserem mais efetivamente no campo da atuação em políticas sociais.

A partir daí, a psicologia, que historicamente desenvolveu-se em uma lógica do consultório privado e da atenção individualizada, se vê diante das camadas mais pobres da população (Yamamoto & Oliveira, 2010). É principalmente neste período que a profissão passa, em diversos campos, a rever e debater acerca de sua função na sociedade e na realidade brasileira. Tem-se uma psicologia que se desenvolveu até então, sumariamente, na prática clínica de consultórios particulares, mas que inicia a questionar inclusive suas bases teórico-

epistemológicas a partir da atuação em contextos de saúde pública, educação e outras políticas sociais.

No entanto, ressaltam Yamamoto & Oliveira (2010) que, de pronto, a inserção do psicólogo nas políticas sociais não se deu a partir de uma conscientização efetiva sobre o papel social da psicologia, mas sim pelo fator do escasso mercado de trabalho para a profissão na época. Este fato culmina em práticas nas políticas sociais que, entretanto, apenas atualizavam a prática privada no contexto público distanciando a ação do psicólogo das necessidades junto à população marginalizada do projeto social hegemônico. Apenas nos anos 2000 a discussão dos anos 80 começa a obter efeitos mais concisos sobre a prática do psicólogo nas políticas sociais (Yamamoto & Oliveira, 2010). No sistema de proteção social, impulsionado pela Política Nacional de Assistência Social, pelo SUAS e pela criação de leis que definem minorias como sujeitos de direitos, a inclusão do psicólogo nestes sistemas recebe certo favorecimento e exige que as bases teóricas sejam repensadas (Yamamoto & Oliveira, 2010).

Nesse processo histórico percebe-se a necessidade de criação de arcabouço teórico-metodológico para que a psicologia seja exercida em uma lógica não privatizante e individualizante, para além das práticas clínicas de consultórios privados. Isto se fez necessário de acordo com o posicionamento político exigido ao atuar-se diante de populações em situação de pobreza extrema e precário acesso a bens e serviços. Assim, nos últimos 28 anos a profissão vem repensando, nas diversas áreas, novas formas de atuação que rompam com os moldes elitistas outrora preconizados em suas práticas. Neste sentido, podemos pensar que uma discussão necessária se trata das concepções de sujeito que orientam ética e politicamente o trabalho do profissional. E nesta esteira está a psicanálise que se insere nas políticas públicas a partir de psicanalistas que ocupam cargos em instituições e cuja prática também vem passando por transformações e releituras a partir da atuação diante das questões sociais.

No que tange a psicanálise, no entanto, retoma-se um fundamental escrito de Freud (1919) intitulado *Caminhos da Terapia Psicanalítica*. Neste belíssimo texto, Freud esforça-se em considerar uma revisão do que a psicanálise produzira até aquele momento, atentando para a crucial importância de tomar a psicanálise como um saber incompleto cujos caminhos podem se deparar com novas situações.

Retomando o trabalho confeccionado até então a partir do tratamento da neurose, Freud (1919) dispõe acerca do aspecto radical da psicanálise em considerar as motivações inconscientes que se manifestam nas patologias, as quais são dissecadas a partir de um

levantamento das resistências que as fazem permanecer ocultas. Neste processo, o analista deve abster-se de buscar ceder às satisfações que o paciente buscará depositar na relação transferencial.

Todavia, Freud (1919) indaga-se acerca do curto alcance da psicanálise naquele momento, efetivando-se em atender exclusivamente as camadas sociais mais altas, fato que o inquieta e o convoca a refletir acerca do papel da psicanálise, afirmando que “na abundância de miséria neurótica que há no mundo, e que talvez não precise haver, o que logramos abolir é qualitativamente insignificante” (Freud, 1919, p. 291). Neste ínterim, Freud (1919) mostra-se preocupado em pensar os caminhos futuros para a psicanálise e orienta-nos que as neuroses não afetam menos a saúde do povo do que as doenças propriamente físicas e, desta forma, não podem ser relegadas ao ineficaz cuidado do próprio indivíduo. Preocupa-se em sugerir que estas sejam também demandas a serem tratadas pelo Estado e que haverá para os psicanalistas a tarefa de adaptar a técnica psicanalítica às novas situações que serão demandadas.

Neste texto, Freud (1919) evidencia uma questão que então permeia a psicanálise e a faz encontrar-se com a necessidade de não se colocar enclausurada diante das questões sociais. Assim, nos delega a atividade de seguir o curso da produção da teoria e técnica psicanalítica, repensando nossas práticas e pontuando que

É também muito provável que na aplicação em massa em massa de nossa terapia sejamos obrigados a fundir o puro ouro da análise com o cobre da sugestão direta, e mesmo a influência hipnótica poderia ter aí seu lugar, como teve no tratamento dos neuróticos de guerra. Mas, como quer que se configure essa psicoterapia para o povo, quaisquer que sejam os elementos que a componham, suas partes mais eficientes e mais importantes continuarão a ser aquelas tomadas da psicanálise rigorosa e não tendenciosa (Freud, 1919, p. 292).

Assim, advertidos da posição e preocupação de Freud com relação aos caminhos da psicanálise, chegamos até a temática desta pesquisa, isto é, com a inserção do psicanalista no contexto das políticas públicas, a psicanálise deparou-se com situações de extrema violência, vulnerabilidades cujas origens remontam às desigualdades de classes, gênero e de raça e que se associam ao sofrimento disposto à escuta psicanalítica. Desta forma, surgem necessidades de reencontrar-se nas leituras dos textos clássicos propiciando um debate com as questões de nosso tempo. Assim, nos perguntamos: o que pode o psicanalista diante deste contexto? E, sobretudo, quais as possíveis contribuições da psicanálise para a atuação em políticas públicas? Em que a psicanálise pode contribuir ao debruçar-se sobre as temáticas evocadas por sujeitos diante do

sofrimento sociopolítico? Estas são algumas interpelações que guiam o percurso de pesquisa aqui descrito.

Por fim, é necessário reafirmar aqui que no decorrer deste texto será utilizado o termo política pública para designar toda a discussão contemplada anteriormente no desenvolvimento das políticas sociais e sua relação com o Estado Capitalista. Reitero a questão trazida por Pereira (2008) que compreende as políticas sociais como uma expressão da política pública e, esta última, delineada em seu caráter de relação social disposta através de conflitos e contradições que se estendem na totalidade de um contexto histórico, político e econômico.

## Capítulo 2 - O Sujeito de uma escuta

### 2.1 – Apontamentos sobre o sujeito em Freud e Lacan

*Em última instância, aquilo que o desejo confina, não mais em suas formas desenvolvidas, mascaradas, porém em sua forma pura e simples, é a dor de existir.*

Jacques Lacan (1957-1958/1999, p. 350-351).

A dor de existir nos fala da precariedade de nossa significação, aponta para o que nos falta, para um sujeito que se faz em um desamparo primordial, uma hiância que, justamente, nos possibilita sermos sujeitos de desejo. É disto que se trata a escuta psicanalítica: como questão principal este termo remete a uma forma de estar no campo da escuta, adjetivada a partir da psicanálise, o que lhe confere uma gama de disposições e suposições que a configuram. Penso que a psicanálise nos oferece uma ética como baliza para a escuta. Com isto me refiro ao que Lacan (1964/2008) nos propõe em seu Seminário 11, quando aponta que o inconsciente se trata de uma ética e não de uma ontologia, ao passo que a ontologia requer a definição do ser em si e o inconsciente “não é nem ser, nem não-ser, mas algo de não-realizado” (p. 37). Lacan chega a esta constatação após percorrer um caminho sobre o conceito do inconsciente que se apresenta como hiância, como provido de uma descontinuidade, um vir a ser que institui o desejo. Destarte, a psicanálise não é ôntica haja vista que não aborda o ser em si. Esta seria então a ética da psicanálise, a ética do sujeito do desejo. E é isto que nos oferta a escuta psicanalítica: uma ética do desejo, apreendida pela constituição do sujeito do inconsciente.

Trata-se da escuta deste sujeito dividido, apartado em sua hiância porque antes alienado de seu desejo. Neste ínterim, pensar a questão do sujeito da psicanálise é tarefa imprescindível para posteriormente apurar as minúcias da escuta psicanalítica na Rede de Atenção Psicossocial.

Em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930) inicia o texto discorrendo a respeito da relação do Eu e o mundo exterior. Neste debate estaria o Eu inicialmente fadado a ainda não reconhecer sua separação de algo que está fora. O autor segue o raciocínio de que, aos poucos, o bebê passa a perceber que suas fontes de estímulos prazerosos não lhe são oferecidas integralmente, mas ausentam-se em certos momentos causando-lhe desprazer. Assim, o bebê se dá conta de que há então um mundo externo do qual provém tais estímulos e nisso existe uma relação de prazer e desprazer, de eu e objeto (Freud, 1930). O escrito segue com o autor a



postular que o Eu tende a concentrar-se em garantir prazer ao passo que se contrapõe a um ameaçador “fora” que lhe frustra. Desta forma, o Eu que outrora era um todo de sensações não distinguível entre “interno” e “externo”, separa-se. Mas, nesta operação algo deste efeito de todo se conserva, ainda que instaurada a clivagem com o mundo exterior (Freud, 1930).

Inclino-me a constatar que Freud nos dispõe formulações a respeito de uma constituição psíquica sobreposta em conflituosas relações entre Eu e exterior, prazer e desprazer, erigindo uma topologia psíquica de base relacional. Freud nos dá a dimensão do desprazer – o princípio da realidade – como constituinte nodal desta relação e o mal-estar como fundante do encontro entre o eu e o mundo. O autor percorre no referido texto, um circuito a fim de deparar-se com as maneiras com que o Eu se defende desta realidade. Para tanto, Freud recorre aos caminhos seguidos pela humanidade, valendo-se de uma análise das relações pré-históricas e míticas que basearam a civilização ocidental e depura a própria organização da civilização como mediadora das relações sociais, na tentativa do Eu em defender-se do mal-estar. Assim, nasce a cultura, o trabalho do homem sobre a natureza a fim de transforma-la e usufrui-la (Freud, 1930). Neste processo nasce também a organização de uma coletividade, a comunidade que se interpõe ao indivíduo e suas pulsões, organizando-as e limitando-as. Freud nos relata que a civilização, através da mobilização da libido, também exige certas renúncias e que aí pode estar, não havendo a devida compensação, o cerne de distúrbios e patologias.

Com este breve percurso sobre o texto de Freud, pontuo que, embora não fale diretamente a respeito de uma constituição de sujeito, o autor nos possibilita depreender uma construção psíquica erigida em um todo que se separa, dando lugar ao Eu que se defende do desprazer da realidade. Freud o faz ao pensar a relação do ser humano e da Cultura em um processo de construção histórica, constituindo o mal-estar como alicerce da relação do Eu com o mundo externo. Portanto, na medida em que a civilização é mediadora das relações sociais e preceptora da lei que regula a sociedade, não o faz sem o custo do mal-estar.

Seguindo o curso desta análise, trago alguns pontos da vasta obra do psicanalista Jacques Lacan para contribuir com a temática. A partir de Freud, Lacan faz emergir sua teoria e agrega diversas outras problemáticas que passam a fazer parte do escopo psicanalítico.

Ao que nos interessa de início, em seu Seminário 11, Lacan (1964/2008) desenha a partir de conceitos fundamentais cunhados por Freud, uma gama de operações pelas quais atravessa o sujeito que lhe é questão. O autor toma o que chama de alienação como primeira operação essencial fundante do sujeito, isto é, é por tomar-se todo, que algo pode cindir. Lacan também

denomina que este estado de alienação não desaparece por inteiro ao emergir o sujeito, mas sim ainda se faz circular parcialmente em seus diversos âmbitos.

Ocorre em um segundo momento a operação seguinte chamada por Lacan de separação, ou clivagem. Nesta fenda erige-se o sujeito, separado, cindindo e disto advém “o inconsciente que, primeiro, se manifesta para nós como algo que fica em espera na área, eu diria algo de não-nascido” (Lacan, 1964/2008, p. 30). O autor, embebido da teoria freudiana a respeito dos sonhos e dos chistes, aponta para o inconsciente produzido em um tropeço, uma rachadura, uma hiância. O valor do inconsciente é então um achado, mas um achado que é reencontrado e que está prestes a perder-se novamente (Lacan, 1964/2008). Temos que, para Lacan, o inconsciente trata de uma descontinuidade, de algo empreendido como vacilo e que nisto o sujeito se depara com o inesperado.

Algo mais sobre este segundo passo, o da separação, diz respeito à operação desta fenda na relação de uma falta encontrada pelo sujeito no Outro, em seu intermitente discurso, em sua falha, e é aí que surge a experiência do sujeito (Lacan, 1964/2008). Momento crucial da teoria lacaniana, o encontro com o Outro é definido a partir da ideia de que

O Outro é o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer. E eu disse – é do lado desse vivo, chamado à subjetividade, que se manifesta essencialmente a pulsão.” (Lacan, 1964/2008, p. 200).

É pela via da falta que a pulsão parcial - representante da sexualidade e suas consequências, instauram-se no campo do sujeito, e é fundante que em torno da falta gire a relação dialética entre o sujeito e seu próprio ser diante do Outro (Lacan, 1964/2008). O autor nos direciona ao fato de que o sujeito necessita do significante e este está primordialmente no campo do Outro, sendo tudo construído na estrutura do significante, fundada na função de corte, na topologia da borda. O sujeito é chamado ao Outro e vem a constituir-se neste campo do Outro que retorna, sendo esta relação circular e assimétrica, visto que é falha.

Por esta via, retomo a frase em que Lacan diz ser o inconsciente estruturado como uma linguagem e que esta é quem lhe confere seu estatuto. Assim o é, pois as relações humanas são forjadas sob os significantes – fornecidos no campo do Outro. Para Lacan, antes de ser, o sujeito que pensa é falado por alguém, é contado e emerge ao deparar-se nesta relação com o contador. Estas relações fornecem a estrutura do inconsciente, estrutura esta que não nos confere algo

fechado e imóvel, mas sim o traço unário introduzido pela experiência do inconsciente que é o *um* da fenda, o traço da hiância, que se movimenta em relação ao Outro (Lacan, 1964/2008).

É com base em signos, tratados como moeda do desejo do Outro que se produz a relação objetual mais primordial (Lacan 1957-1958/1999), isto é, na relação com o agente da função materna – e sua separação – que oferece os cuidados primordiais ao bebê e que o simboliza, conferindo-lhe não somente o cuidado necessário, mas também um nome, é que se funda um sujeito orientado por um desejo cujo rastro é de um Outro. Esse processo se dá a partir da instauração da falta que se constitui na entrada da função paterna, isto é, de um agente que orienta o desejo da mãe para um outro lugar que não diga somente daquele bebê. Assim inicia-se uma separação nesta relação capaz de fazer emergir o sujeito.

Então, neste processo de clivagem se estrutura o desejo em torno de um caminho primeiro do que ocorreu na esteira do desejo infantil – que é desejo do Outro e que se inscreve no sujeito e permanece ali, de forma subjacente (Lacan 1957-1958/1999). O que então se estrutura do sujeito a partir daí, trata-se daquilo do desejo que é moldado através da demanda, posto nas interações pelas quais o sujeito constrói sua história às voltas com o que foi possível simbolizar deste desejo primordial, ou seja, o que se inscreve na estrutura do sujeito nada mais é que “as peripécias, os avatares da constituição desse desejo, na medida em que ele está submetido à lei do desejo do Outro” (Lacan 1957-1958/1999, p. 282).

O que se apreende pelo sujeito no decorrer de sua história trata-se de um registro a partir do traço do desejo originário, disto que se perdeu, que em queda produziu a marca da falta e que movimenta o sujeito na direção da alteridade. Assim, o sujeito de desejo não é tratado como aquele que de fato o alcança, mas sim trabalha com aquilo que se simboliza deste lugar, como refere Lacan (1957-1958/1999, p. 284):

É exigido um símbolo geral da margem que sempre me separa do meu desejo, e que faz com que meu desejo seja sempre marcado pela alteração que ele sofre em decorrência da entrada no significante. Há um símbolo geral dessa margem, dessa falta fundamental necessária para introduzir meu desejo no significante, para fazer dele o desejo com que lido na dialética analítica.

Estabelece-se, assim, um sujeito que só o é a partir de um objeto de desejo que, enquanto unidade, se perde e o causa. Por ser este desejo erigido a partir da separação do agente da função materna, encarnando a construção do grande Outro e inserindo-o na linguagem é que o sujeito se faz na alteridade e na ambivalência entre o igual – àquele para quem sou tudo – e o diferente

– àquele que me faz faltante. Isto só se opera com a necessidade da simbolização das pistas que o desejo próprio enseja.

Desta forma, o sujeito faz laço social, ou seja, é na experiência de discurso que o sujeito se erige em um significante representado a outro significante. O sujeito do inconsciente é o sujeito que faz laço social, pois este é definido por meio do discurso, da linguagem que confere seu estatuto ao inconsciente e que se ancora no que dispõe do Outro a partir de um laço. Para Lacan (1969-1970/1992) um discurso é subsistente sem que haja palavras, mas não sem a linguagem. É a linguagem que nos confere relações fundamentais, funcionando como instrumento de relações que inscrevem algo bem mais amplo, que vão além do que se enuncia. O sujeito da psicanálise, com o advento da obra de Lacan, torna-se o sujeito que se depara com o imponderável, o tropeço diante de suas próprias palavras, em busca do não dito que se instaurou a partir da falta. É o sujeito do desejo, que está às voltas com aquilo que o causa e que só o é em relação ao Outro que lhe confere seus significantes, forjados na linguagem e na relação com a cultura. É, portanto, o sujeito singular em seu desejo, em sua causa, mas enlaçado na alteridade, nas relações sociais.

## **2.2 - O sujeito e questões contemporâneas**

Este breve levantamento nos é importante visto que dele podemos extrair o contexto das discussões contemporâneas acerca do sofrimento psíquico. Na clínica extramuros cuja escuta se debruça sobre sujeitos marcados por questões sociais, econômicas e políticas advindas de um profundo processo de desigualdades, frequentemente observam-se histórias marcadas por intenso sofrimento extraído a partir de situações extremas. Em seu livro *A Clínica Psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do Sofrimento* Rosa (2016), reflete sobre as vicissitudes da clínica defronte tais contextos, atentando-nos para a dimensão sociopolítica do sofrimento como algo a ser caracterizado no processo de escuta.

Trata-se de importante definição para este trabalho, ao passo que, majoritariamente, as políticas públicas tentam mediar estas situações inerentes à história do desenvolvimento capitalista e o sujeito e o aspecto sociopolítico de seu sofrimento, muitas vezes, surgem na cena principal dos atendimentos realizados nas instituições. De minha experiência de escuta psicanalítica tenho o sujeito do inconsciente como protagonista, mas que também se refere como sujeito marcado por dimensões sociopolíticas extremas, convocado ao significante da morte, da violência, do desamparo discursivo perante o laço social.

Acerca destas discussões contemporâneas, tratarei agora de autores que abordam a psicanálise a partir da atuação em condições políticas, econômicas e culturais marcadas pela segregação e desigualdades próprias do capitalismo. A psicanalista e pesquisadora Miriam Debieux Rosa (2016) reflete sobre sujeitos submetidos a situações de exclusão social, pobreza, racismo, dentre outros exemplos de violências, e refere-se a intervenções psicanalíticas que considerem o cenário social, político e cultural com o qual estes sujeitos se relacionam. Trata-se do cenário em que “os sujeitos se constituem e dos quais sofrem as incidências, tanto na constituição como sujeito como diante das estratégias políticas de sua destituição do lugar” (Rosa, 2016, p. 21). Para a autora, nestes contextos, é necessário tomar como problema o sofrimento que urge da posição sociopolítica do sujeito. A escuta do fantasma se destaca, assim como a construção fantasmática do analista, fazendo com que, por vezes - o campo simbólico fragilize-se em sua possibilidade de fazer-se presente e tende a apagar-se em personagens da cena social. Ou seja, o singular do sujeito, imprescindível para articular a ética da psicanálise se perde em uma tomada generalizada daquilo que emerge do social.

A relação dos registros do real, simbólico e imaginário é um tema de suma importância e complexidade na obra lacaniana. Para elucidar esta problemática, trago a leitura da pesquisadora e psicanalista Ana Lúcia Marsillac (2015), que sintetiza brevemente os três registros como instâncias equivalentes e complementares. Na leitura da autora, o simbólico comporta o campo ficcional, a cultura, a linguagem e sua função, enquanto o imaginário é o que nos produz consistência e ao mesmo tempo estranheza e inquietação, ao passo que, por fim, o real trata daquilo que é impossível, o que escapa ao sentido. Assim, enfatizo a indissociável relação entre os três registros que propõe Lacan. Entretanto, aponto o sentido que retoma Rosa (2004) no qual, para os sujeitos que percorrem o laço social pela via da exclusão, há o favorecimento a exposições traumáticas, haja vista suas poucas possibilidades de elaboração a partir do simbólico, da linguagem diante do desamparo discursivo que os abarca no laço social, sublinhando a insistência do Real traumático.

Rosa (2016) explana a ideia de modalidades de laço social, formas de comparecimento diante do Outro que se constroem a partir de um cenário político e cultural. Penso ser possível e necessária tal articulação diante dos contextos aqui pesquisados, visto que, conforme abordado na primeira parte deste capítulo, o sujeito do inconsciente se constitui como linguagem, em uma estrutura em relação de alteridade e assim inscreve-se a falta que será recoberta e contornada pelo fantasma, pelo mito familiar, pelas estruturas sociais e culturais de

determinado tempo. Assim, como aponta a autora (2016), o sujeito do desejo – que emerge no campo do Outro – é inserido e significado também a respeito do jogo das relações que constituem determinada cena histórica, política e cultural.

Acerca disto, Lacan (1958-1959/2016) reflete que o sujeito se defende com seu Eu, isto é, é a partir da referência a seu semelhante como tal enquanto aquele que lhe olha e para o qual o sujeito lhe direciona o olhar que as relações imaginárias se estabelecem. O sujeito defende-se de seu desamparo neste recurso que a experiência imaginária lhe possibilita, pois é na fantasia que o desejo aprende a se situar, conferindo-lhe seu nível de acomodação (Lacan, 1958-1959/2016). A fantasia funda-se enquanto relação do sujeito falante e seu outro imaginário e é “por isso que o desejo humano tem a propriedade de estar fixado, adaptado, combinado não a um objeto, mas sempre, essencialmente, a uma fantasia” (Lacan, 1958-1959/2016, p. 28). Na fantasia, no mito que se esvai através da constituição do sujeito se amarram as singularidades nas suas relações com as alteridades que permeiam e carregam os significantes da cultura e, como vimos, aí está, na raiz, o desejo. Portanto, estes caminhos se cruzam insistentemente e aí vemos a necessidade da escuta psicanalítica também em face da dimensão sociopolítica do sofrimento, como aponta Rosa (2016), pois as experiências que são contadas dizem sobre um singular sofrimento, mas também nos relatam as vicissitudes de nosso tempo.

Ao pensar o sujeito que protagoniza a escuta pesquisada, tomo então a psicanálise como escuta, fator que demanda incluir em cena as experiências e suas marcas políticas, socioeconômicas e culturais que engendram o sujeito. Estas marcas suscitam o que Rosa (2016) define como desamparo discursivo, ou seja, as formas de comparecimento ao laço social arraigadas em um desamparo sociopolítico específico advindo de situações de extremas, dificultando que os sujeitos marcados pelas características condições desiguais proeminentes do capitalismo veiculem produções de saber que os permitem fazer frente ao desamparo primordial.

Para enriquecer o debate sobre o desamparo, trago à tona o pensamento do psicanalista Jaime Betts (2014) que em seu texto *Desamparo e vulnerabilidades no laço social – A função do psicanalista* realiza uma análise importante a respeito do tema. O autor reafirma o desamparo como estrutural à constituição do sujeito, isto é, o bebê humano é um ser em desamparo primordial e que se defronta com esta imaturidade, necessitando da relação com o outro, do cuidado de outros, para estar no mundo. É, portanto, o desamparo que funda o laço social e o sujeito em sua posição nesta relação (Betts, 2014). O texto do psicanalista segue buscando na

constituição do laço social a premissa do desamparo primordial, pois o sujeito inaugurado na relação de um significante para outro significante o faz em relação a algo que falta na medida em que a linguagem não oferece a palavra final, capaz de recobrir perfeitamente o furo do real. Ou seja, o furo – que faz surgir o sujeito, emerge na falta própria da linguagem.

No entanto, seguindo as discussões do autor a partir de uma perspectiva contemporânea de organização do laço social, Betts (2014, p. 13) afirma que

[...] cada vez mais a violência no laço social contemporâneo é organizada pelo discurso do capitalista e pelo discurso da ciência. No discurso do capitalista, o sujeito do inconsciente, sujeito de desejo, é visto exclusivamente segundo sua potência fálica de consumidor manipulável pelo marketing, alienável no gozo de consumo dos objetos ofertados

É neste sentido que me proponho a pensar em um desamparo discursivo e social, para além da questão estrutural do desamparo, que incide em sujeitos em situações extremas através das diversas formas de violências sociopolíticas do laço social contemporâneo e que os oferecem poucas possibilidades de comparecimento diante do Outro, dificultando a manutenção de recursos que viabilizem anteparos diante do desamparo primordial e do mal-estar que constituem o sujeito de desejo. Temos então, não obstante a precariedade primária e fundante do sujeito, um desamparo discursivo que incide sobre o sujeito nas marcas de sua singularidade erigida diante de condições desfavorecidas no laço social capitalista.

Neste escopo, Miriam Debieux Rosa (2004) em seu texto *Uma escuta psicanalítica das vidas secas*, articula a ideia de que o desamparo social facilita a exposição ao traumático ao mesmo tempo em que impossibilita o acesso aos recursos necessários à sua elaboração. O efeito da quebra do contrato social que antepara os sujeitos na relação com a sociedade, protegendo minimamente de violências e barbáries, manifesta-se como uma identificação do sujeito enquanto resto, como dejetos da sociedade, dificultando sua posição na trama de saber. Para a autora, este processo articula-se intimamente ao discurso marcado pelo silenciamento como produção de assujeitamento, haja vista que diante do “impacto traumatizante de uma consciência clara da impotência frente ao Outro, consistente e insistente em barrar qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se” (Rosa, 2004 p. 158). Aqui retomo Lacan (1957-1958/1999) que exemplifica o falo justamente enquanto o significante fundamental no qual o desejo do sujeito, determinado por sua significação, se faz reconhecido. Isto é, é este o lugar daquele que fala e que é reconhecido, que carrega um significante cuja

sociedade testemunha enquanto palavra no laço social e que, neste aspecto do assujeitamento, tal processo é dificultado.

Assim, é este o sujeito que se escuta nesta pesquisa: frequentemente tomado como objeto, como dejetivo da sociedade capitalista contemporânea, irreconhecível em seu desejo, silenciado para resguardar-se de um Outro cujos significantes oferecem posições marginalizantes para si. Soma-se a esta discussão, o discorrer acerca dos efeitos da cultura liberal na relação que institui o sujeito.

Tratei a respeito do liberalismo e sua relação com as políticas sociais no primeiro capítulo e tomo para este ponto a corrente discussão que nos aponta Faleiros (2009), ao definir que, nas economias liberais é a partir do mercado que o indivíduo constrói seu bem-estar, satisfazendo as exigências de aquisição de bens e serviços. O autor, ao definir o bem-estar como política liberal, afirma que este é identificado com o consumo, com a satisfação das preferências dos indivíduos enquanto moléculas sociais do sistema econômico. Com isto, aliando a estrutura socioeconômica capitalista às práticas liberais, criamos a cultura do individualismo e acerca do tema, a psicanálise vem se debruçando e redimensionando os caminhos de sua escuta.

A psicanalista e pesquisadora Maria Rita Kehl (2002), em seu livro *Sobre Ética e Psicanálise* propõe esta discussão e afirma que na contemporaneidade o sofrimento e a angústia inerentes à condição humana são objetivados como algo a ser eliminado de forma total a fim de ajustar os membros da sociedade a uma cultura do individualismo e do narcisismo. Em contraponto, a partir da ética da psicanálise, a autora discorre a respeito de que é a construção discursiva que confere significado ao aleatório da vida, ao mal estar de ser em relação ao outro e que, portanto, estes anteparos ao desamparo são constituídos coletivamente, inscritos na cultura por meio da qual cada sujeito contribui com sua singular invenção.

Assim, o liberalismo incidente na cultura toma o indivíduo como célula fundamental da sociedade e este, analisado por Faleiros (2009), é o único responsável pelo seu bem-estar a ser construído através do consumo. O indivíduo então, se torna o foco das intervenções. A este respeito, retomo Rosa (2016) que aponta importante transgressão da psicanálise ao afirmar que sua concepção de sujeito não condiz com a ideia de um indivíduo desprovido de relações estruturais com a cultura e a política. Para ela,

O sujeito não é o indivíduo justamente no ponto em que o singular de seu desejo escapa de uma conjuntura que busca determina-lo e exercer seu poder no escuro das relações. Nesse ponto do laço social comparece a política que rege as relações sociais e em contraponto a ética e política da psicanálise. (Rosa, 2016 p. 22).



É necessário apontar ainda que, nesta tarefa de conferir sentido à vida e promover certo resguardo do Real e da angústia, a sociedade contemporânea impõe as razões de mercado e a mercadoria como objetos capazes de promover a satisfação pulsional (Kehl, 2002) e promover a mediação das relações sociais. Disto resulta que a vida se reduz a sua dimensão mais achatada de satisfação de necessidades, criando a ilusão de que o desejo pode ser total e permanentemente satisfeito através do consumo de mercadorias que cumprem a função de objeto (Kehl, 2002).

Para a autora de *Sobre Ética e Psicanálise* (2002), esta razão organiza cadeias metafóricas encurtadas e empobrecidas cujas relações vão do objeto ao sujeito, criando a ilusão de um encontro perfeito entre os dois. A este respeito, retomo que a constituição do sujeito em psicanálise e a construção de sua escuta definem o oposto do que se preconiza na contemporaneidade, visto que, para a psicanálise trata-se de tomar o sujeito como sujeito da falta, de uma incompletude que o faz dar-se conta das pistas de seu próprio desejo, em detrimento de promover uma suposta significação total.

A sociedade contemporânea, marcada pelas violências sociopolíticas produzidas historicamente pelo sistema capitalista e pela prática liberal, refere-se ao indivíduo como célula fundamental das relações sociais. Nesta esteira, o desamparo discursivo alia-se ao postulado de delegar ao indivíduo a construção de seu próprio bem-estar por meio das mercadorias. Àqueles cujo acesso aos bens e serviços é sumariamente precarizado são configurados a partir de uma subjetivação periférica e atravessados pelo desamparo discursivo, pelo não acesso aos direitos e proteções fundamentais definidos no processo de civilização humana.

No entanto, temos na psicanálise um fundamento que subverte a lógica descrita, devido a sua concepção de sujeito. Para a psicanalista e pesquisadora Maria Cristina Poli (2012), a psicanálise permite conferir alto valor ao ato de tomar a palavra, valor este que se refere ao reconhecimento de uma falta no discurso, intervalo onde é possível inscrever-se a singularidade de um ato de fala. O lugar do analista na transferência deve permitir que o sujeito se implique em seu desejo e faça deslizar suas identificações fantasmáticas.

Na específica condição da escuta de sujeitos em relação à dimensão sociopolítica do sofrimento, Rosa (2004) salienta que é necessário destacar o jogo simbólico e imaginário desenhado na cena, isto é, esta relação entre analista-analisando, desvela em si a pertinência a lugares opostos na trama social: a inclusão e a exclusão dispostas frente a frente. Na relação com a estrutura social, o psicanalista carrega vários emblemas que o possibilitam posições

fálicas, representante de certo saber, dominante dos instrumentos da pertinência ao laço social, enquanto o analisando encontra-se fora do acesso a estas posições, frequentemente identificando-se com esta imagem de estar fora, excluído da estrutura social.

Rosa (2004, p. 155) ainda nos chama atenção ao fato destas situações sociais esbarrarem na resistência do próprio psicanalista que necessita “levantar o recalque que promove a distância social e permite-nos conviver, alegres, surdos, indiferentes ou paranoicos, com o outro miserável.” A autora desvela o risco de, sob a resistência da escuta destes sujeitos, o analista tomar-se apenas pela situação social do analisando, afirmando diagnósticos apressados feitos a partir de margens estereotipadas galgadas nas relações de poder que se configuram nestes quadros. Dada à configuração da relação transferencial atravessada por imaginárias posições opostas na estrutura social, corre-se o risco da prática pedagógica e sugestiva, de orientações que não levam em conta a condição do sujeito construir suas próprias respostas (Rosa, 2004). Assim, parto do pressuposto que

A escuta psicanalítica é, desde Freud, transgressora em relação aos fundamentos da organização social; para se efetivar, implica um rompimento do laço que evita o confronto entre o conhecimento da situação social e o saber do outro como sujeito desejante. Dessa escuta, principalmente quando o sujeito se revela enquanto tal, como um dizer, não se sai isento – um posicionamento ético e político é necessário. (Rosa, 2004 p. 155).

Por fim, com esta posição ética e política, da ética da psicanálise enquanto escuta do sujeito do desejo, proponho-me a conduzir esta pesquisa a partir de uma implicação na cena. Por tratar-se da análise de uma experiência de escuta psicanalítica, esta pesquisa seguirá os moldes que se empenham em analisar a relação transferencial que se estabelece no jogo da relação entre analista-analisando. Nesta análise busca-se como orientação o questionamento a respeito do que é possível para a psicanálise na escuta destes sujeitos. O singular desta pergunta encontra-se na implicação da pesquisadora a partir do contexto de trabalho em serviços e instituições que executam as políticas públicas. Desta forma, levando em conta os conceitos aqui abordados e a relação contemporânea na qual se estende a psicanálise, quais as especificidades, possibilidades e limites da escuta psicanalítica nesta experiência? No encontro das experiências que se passam no cotidiano da execução das políticas públicas, como resgatar a singularidade do sujeito?

### Capítulo 3. Método e Procedimentos

O processo de investigar tem seu início no encontro que produz estranhamento, na posição da dúvida, no olhar que se defronta com uma questão. Algo escapa aos sentidos, refuta-se à significação e tem efeito de movimento. É nesta busca, diante das interpelações que fazem deslizar o desejo, que se ergue esta pesquisa. Como modo de acesso ao subjetivo e forma de interpretação da relação discursiva, tem-se a psicanálise enquanto método proposto para prosseguir esta análise.

A partir dos estudos de Freud, podemos extrair os principais caminhos que designam o método psicanalítico. Começamos pela questão da associação livre, insígnia cara à psicanálise. Em 1926, em *A questão de uma análise leiga*, presenciamos Freud marcando alguns posicionamentos a respeito da palavra e sua função em uma análise. Freud (1926) toma a palavra como um instrumento primordial, através do qual é possível transmitir nossos sentimentos às pessoas, faz da palavra um progresso civilizatório ao suscitar a referência de que no começo tudo era ação, para que posteriormente tenhamos passado à palavra, dando lugar diferenciado aos atos. Pode-se dizer que neste texto, Freud (1926, p. 115) introduz a função da fala, remetendo logo em seguida à importância de que em uma análise o analisando seja “inteiramente sincero com o seu analista, nada refrear intencionalmente que lhe venha à cabeça, e portanto pôr de lado toda reserva que o possa impedir de informar sobre certos pensamentos ou lembranças.” Assim, temos o método da associação livre: o encadeamento de sucessivas palavras ditas livremente, conforme o que surgir através da associação, constructo sob o qual a palavra e a fala têm em si função primordial em uma análise.

Passemos à questão da escuta. Em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, Freud (1912) descreve aspectos técnicos que nos demandam cuidadosa atenção para empreender o método psicanalítico. Dentre eles, destaco, por hora, o que concerne à escuta do psicanalista frente ao seu analisando que fala livremente. Freud nos aponta o caminho da atenção flutuante, haja vista que, não dirigir a atenção a algo específico, predefinido, é essencial para que não selecionemos sob nossas expectativas e inclinações o que foi dito. É possível captar neste texto, a ideia de que há um enigma presentificado na fala do paciente, cujo inconsciente se recobre de significados e que, ao estabelecermos uma atenção focalizada, corre-se o risco de jamais emergir nada além do que já se sabe e, às palavras do autor, - “não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado

posteriormente” (Freud, 1912, p, 68). Assim, Freud devolve a premissa fundamental da fala através da associação livre para a implicação da escuta do analista, devendo esta ser também executada sem seleção ou foco primordialmente determinado. Então, temos como mais um elemento do método psicanalítico que

A regra para o médico pode ser assim expressa: ‘Ele deve conter todas as influências conscientes da sua capacidade de prestar atenção e abandonar-se inteiramente à ‘memória inconsciente’.’ Ou, para dizê-lo puramente em termos técnicos: ‘Ele deve simplesmente escutar e não se preocupar se está se lembrando de alguma coisa.’ (Freud, 1912 p 68)

Ainda descrevendo a relação do analista e seu analisando, Freud nos denota que, neste episódio, o “médico” deve voltar o seu próprio inconsciente ao inconsciente do paciente, reiterando a operação de uma escuta flutuante, que não selecione o conteúdo a partir de suas próprias censuras (Freud, 1912). Aqui, além do que já foi dito até o momento, podemos deslizar o discurso para um dos temas centrais do método psicanalítico: a questão da transferência, disto que está em jogo na relação entre analista e seu paciente. Ao discutir sobre o amor transferencial, Freud deixa claro que todo o tratamento é feito com base nesta dinâmica e que cabe rigorosamente ao analista o manejo da transferência. Freud (1915, p. 104) descreve que o analista

[...] Deve manter um firme domínio do amor transferencial, mas tratá-lo como algo irreal, como uma situação que se deve atravessar no tratamento e remontar às suas origens inconscientes e que pode ajudar a trazer tudo que se acha muito profundamente oculto na vida erótica da paciente para sua consciência e, portanto, para debaixo de seu controle

Com este destaque, trago à análise a investigação de que aqui se trata. Ao inserir-me no contexto de pesquisa também enquanto trabalhadora nas instituições, o afastamento físico do campo de estudo torna-se inviável, mas, por isso mesmo, engendra em si a riqueza de poder analisar uma experiência à luz do método psicanalítico visto que, para este saber, a relação entre pesquisador e seu objeto de pesquisa – atravessado por seu desejo - se dá pela implicação transferencial. Assim, é através da transferência que atuamos e analisamos, investigamos e pesquisamos. O controle de que fala Freud (1915) trata-se não das amostras, dos experimentos ou variáveis, já que o conteúdo com o qual nos encontramos revela um “algo além” sempre oculto que se erige sob o inconsciente. O que temos sob “domínio” seria propriamente o manejo da transferência que se constrói na experiência de escuta clínica.

Ainda sobre a posição do analista, Freud (1912) marca a inutilidade de um tratamento no qual o analista centraliza sua própria subjetividade ao processo de análise. Isto é, ao colocar sua própria individualidade e impetrar um tratamento por sugestão, corre-se o risco de não atingirmos o que é inconsciente, já que seu conteúdo provavelmente será diluído em suas resistências. Dito desta forma, o que do analista - e do pesquisador - está na relação é seu inconsciente, seu próprio desejo, e a premissa de uma escuta que se abstenha de impor sua própria vontade como objeto. Para uma pesquisa, trata-se de algo fundamental, visto que designa um princípio ético orientado a partir da transferência, da aposta no saber do sujeito, ou seja, a aposta no saber que emerge do campo de investigação, sem julgamentos, o que indica o rigor da psicanálise enquanto método. O pesquisador está posto em transferência com o campo de pesquisa, mas não busca a tomada de uma verdade sugerida sobre o que se estuda.

Deste princípio ético, derivamos outro diálogo necessário ao tópico do método: a relação psicanálise e universidade, ou, psicanálise e ciência. Luciano Elia (2000) em seu texto *Psicanálise: clínica & pesquisa* nos traz que toda pesquisa em psicanálise é clínica, ainda que não se debruce sobre um caso clínico especificamente. Esta afirmação é deduzida a partir da ideia de que o lugar que o analista - ou o pesquisador - ocupa é um lugar implicado com o sujeito do inconsciente e, neste sentido, em nossas investigações acadêmicas, nos pautamos por esta ética, colocando a escuta do sujeito em primeiro plano. A pesquisa em psicanálise, assim como a análise do material de pesquisa, implica, na totalidade, o método elaborado por Freud e, sobretudo, envolve a relação entre inconsciente do pesquisador e o saber que emerge a partir da escuta do sujeito no campo de pesquisa.

Sendo assim, cabe considerar as diferenças entre pesquisa psicanalítica e aquelas situadas no campo da ciência clássica. O psicanalista Luciano Elia (2000) auxilia-nos nesse debate recuperando que a ciência possibilita a condição da psicanálise emergir, mas, esta última, ultrapassa os limites da primeira. Em síntese, temos que a ciência oferece as condições para que o sujeito surja em cena, mas, em um segundo ato, o exclui de seu campo operacional. Neste ponto, estaria o corte que a psicanálise desenha, pois o seu método trata justamente de operar com este sujeito exilado do discurso científico, sujeito do inconsciente, do inapreensível, do singular. Assim, temos que

Na psicanálise, há sim, um 'campo de pesquisa', que é o inconsciente e que inclui o sujeito. Por isso, a clínica, como forma de acesso ao sujeito do inconsciente, e sempre o campo da pesquisa. Toda pesquisa em psicanálise é clínica porque, radical e estruturalmente, implica que o pesquisador-analista empreenda sua pesquisa a partir do

lugar definido no dispositivo analítico como sendo o lugar do analista, lugar de escuta e sobretudo de causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista. (Elia, 2000, p. 23)

Iniciados estes apontamentos, proponho situar o método nas especificidades da escolha do intento desta pesquisa. Discuto aqui as possibilidades de atuação em Políticas Públicas através da psicanálise. Este debate suscita ao método uma configuração que possibilita a análise desta experiência em âmbito institucional, na escuta de sujeitos em situações de extrema vulnerabilidade social. Há amplos temas que nos convocam nesta forma de comparecimento no laço social. E, portanto, há questões tocantes ao método investido neste contexto.

Usualmente, a psicanálise empreendida em locais considerados fora de um “setting convencional” é chamada de psicanálise extramuros. Analisando o trabalho desde Freud é possível compreender um lançamento na direção do que está “fora” dos muros analíticos historicamente construídos, tendo em vista que em seu próprio trabalho de pesquisa Freud cria passagens entre o singular e o coletivo, entre o inconsciente e a cultura (Poli, 2012). É sob esta égide que construímos nossas possibilidades de trabalho para além do indivíduo, analisando canais entre o sujeito singular e suas ancoragens sociais. Além disto, ao retomarmos a ideia de que toda transferência é resistência e que esta se faz necessária para a construção de uma travessia, temos que “extramuros, pode ser, então, um muro em excesso, um mais-muro ou, ainda, uma ultrapassagem, um além do muro” (Poli, 2012, p. 77). É nisto em que nos apoiamos e apostamos, neste “além-mar” que nos lança para fora de nossas poltronas e consultórios.

Trata-se nesta pesquisa, da experiência de escuta de sujeitos atravessados pelas diversas formas de violências estruturais da sociedade contemporânea, de sujeitos desamparados no laço social e discursivo e que produzem seus sintomas sob a marca do silenciamento e do assujeitamento, da impossibilidade de fazer deslizar no campo do Outro suas construções ficcionais. Assim, dada a dimensão sociopolítica que se instaura nesta experiência, convém demarcar o que se chamou de psicanálise implicada e prática clínico-política (Rosa, 2012) como estratégia do método de investigação e análise.

Nesta prática, marcada no campo da política, entende-se a possibilidade de explicitar a articulação entre sujeito, desejo, gozo e laço social como laço discursivo a partir da retomada da dimensão social e política. Seria esta composição uma estratégia de relançamento do sujeito silenciado, visto que possibilita o compartilhamento de uma experiência outrora velada e apagada no campo do Outro (Rosa, 2012). Permite-nos situar a parte discursiva ideológico-

hegemônica que carrega o discurso do Outro e que aliena o sujeito, impossibilitando no plano coletivo a busca pela simbolização de sua história. Assim, a psicanálise implicada e a prática clínico-política nos apontam para o fato de que:

O trabalho analítico nesta direção é baseado na escuta clínica mas ocorre na diversidade das intervenções: em atividades grupais sobre várias temáticas, em oficinas, em escutas singulares, nas intervenções institucionais, na articulação de redes de atenção e na publicização dos acontecimentos e conflitos nas instituições e na vida social. Põe a prova o desejo do analista e seus ideais de análise baseado nas estratégias convencionais, o que pode ser fundamental na formação de um analista. (Rosa, 2012, p. 35).

É neste sentido que se propõe analisar a experiência de escuta em instituições públicas, na via de um método que proponha desvelar os jogos compostos no laço social contemporâneo, suas relações de poder e implicações do próprio analista. Há o compromisso ético da escuta radical da singularidade do sujeito, mas também da análise de que as singularidades articulam-se às suas possibilidades de comparecimento no laço social e que, é no laço discursivo que se faz sujeito e, portanto, cabe na escuta de sujeitos em situações sociais extremas, criar campo de amparo na teia da linguagem e no discurso do Outro.

Assim, para a psicanalista Miriam Debieux Rosa (2012), trata-se de uma estratégia que desvele estes meandros, não privatizando o sofrimento do sujeito e colocando na trama social e política a dimensão do sofrimento - questionam-se as lógicas patologizantes e os diagnósticos descolados deste amplo escopo de trabalho. A psicanálise implicada e a prática clínico-política como estratégias, convocam à ruptura da alienação, possibilitando uma reformulação da ficção de si mesmo e do outro cujos efeitos apoiam a produção de um lugar amparado pela palavra (Rosa, 2012). É nisto que se aposta como estratégia, enquanto caminho para engendrar o objetivo desta pesquisa.

Por fim, cabe desenhar este estudo em sua dimensão espaço-temporal para que seja possível localizarmos as direções e enquadre dos eventos concernentes a esta pesquisa. Trata-se de uma investigação que ocorre no âmbito das Políticas Públicas e visa discutir quais as possibilidades de contribuição da psicanálise para a atuação neste contexto. Esta discussão é realizada a partir da análise da experiência de escuta psicanalítica da pesquisadora inserida em serviços e instituições que executam as políticas públicas.

Para melhor exemplificar este contexto, proponho delinear algumas das contingências que o fazem contorno. Minha experiência de escuta psicanalítica analisada neste estudo se refere ao período em que atuei profissionalmente como psicóloga em uma Policlínica

municipal, bem como em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) – especificamente no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado em Famílias e Indivíduos (PAEFI). Localizados em dois municípios distintos, ambos os serviços eram realizados através das prefeituras, onde atuei sob o vínculo de servidora pública. Cabe ressaltar que, durante o processo desta investigação, ainda me encontro enquanto profissional vinculada, realizando diariamente as intervenções e atribuições que demandam o cargo exercido. No entanto, o recorte desta investigação trata da experiência exercida durante um ano na Policlínica e seis meses no PAEFI.

Embora o objetivo desta investigação não seja exemplificar os pormenores de cada serviço, mas sim buscar o que de transversal nos é apontado, ou seja, a escuta psicanalítica, faz-se necessário traçar algumas linhas sobre o que é executado em cada serviço pelo qual se desenvolveu a experiência a ser analisada. Na Policlínica municipal, equipamento vinculado ao Sistema Único de Saúde, desenvolvi atendimentos individuais e em grupos com crianças e adolescentes em sofrimento psíquico agravado. Além disso, frequentemente participava de reuniões intersetoriais, reuniões institucionais com membros responsáveis pela gestão dos serviços e reuniões com a equipe que comigo desenvolvia os atendimentos. Já no PAEFI, programa vinculado ao CREAS – equipamento do Sistema Único de Assistência Social, desenvolvi atendimentos a famílias e indivíduos que tiveram, de alguma forma, seus direitos violados. Neste último serviço os atendimentos são realizados em conjunto com uma assistente social e debruçam-se especificamente sobre sujeitos vítimas de diversas violências.

Ressalto aqui que, a partir das vinhetas analisadas, não se objetiva traçar estudos de caso sobre os sujeitos atendidos, mas sim referenciar o que destas breves descrições convocam à experiência de escuta e sua especificidade nas políticas públicas. Assim, são apontados os aspectos transversais que permearam a escuta nos distintos tempos desta experiência, bem como a relação da pesquisadora com o campo, em detrimento do enfoque em pormenores de cada caso. Salienta-se ainda que, os nomes utilizados nas vinhetas relatadas são fictícios e esta pesquisa está submetida enquanto ementa ao projeto Políticas do corpo: psicanálise e arte, aprovada pelo Comitê Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), sob o CAAE de número 69315717.3.0000.0121.

A partir deste contorno, passo à reflexão a respeito da experiência como termo de investigação psicanalítica. Emilia Broide (2017), em seu livro *A Supervisão como Interrogante da Práxis Analítica* realiza uma incursão sobre o processo de pesquisa e transmissão da



psicanálise através da análise da experiência de supervisão clínica. Em dado momento do texto, a autora suscita que, em Freud, temos o enigma como motor da investigação clínica. O enigma move uma trama entre sujeito, objeto e suas contingências; a clínica psicanalítica percorre este caminho em que se evidenciam ou se obscurecem as posições que deslizam através dos jogos de relações que ali estão dispostos.

A pesquisa em psicanálise, como vimos em Elia (2000), é sempre pesquisa clínica no sentido em que evoca certa posição do analista-pesquisador. Esta relação com o processo de investigação movido pelo enigma, por aquilo que faz causa e define a busca pelo saber, o enigma que aponta na direção do desejo, isto é que se define como experiência em psicanálise; a experiência move-se pelo enigma e isto emerge de antemão à teoria (Broide, 2017). Ou seja, para a autora a experiência de escuta constrói um saber que não é a reafirmação do conhecido, mas sim a fenda das possibilidades diante do enigma. Assim, uma experiência de escuta psicanalítica tem função de interpelar a teoria e não simplesmente replica-la, fazendo-a avançar no que a clínica toca o limite do saber (Broide, 2017).

A experiência psicanalítica faz-se por estar diante do impasse, de um não-sabido que é investigado, que busca o desejo que o causa e que a partir de então inventa-se. Entretanto, o impasse se revela a partir da fenda, das fissuras, do que falta diante desta invenção, do que nunca se satisfaz, pois esbarra na dimensão Real que atravessa o sujeito. A experiência que aqui me proponho a analisar é não-toda, é carregada de significantes, propõe articulações simbólicas, mas não dispõe de significados capazes de produzir um conhecimento totalizante. É antes a invenção de um saber atravessado pelo impossível do que a produção de uma verdade generalizada.

Por fim, esta pesquisa trata-se de uma investigação da experiência de escuta psicanalítica que se configura como uma cena na qual a pesquisadora, enlaçada na transferência, implica-se ora como “personagem”, ora como produtora da escrita. Pela transferência e sua análise é possível estar na experiência de escuta, diretamente atravessada pelo campo de estudo, mas também afastar-se para dar vazão à elaboração em tempo posterior. A dimensão do tempo aqui se encontra com o que Lacan (1945/1998) nos oferece em seu texto *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*: o tempo como tensão do movimento lógico. Neste processo temporal de conhecer é que se precipita o juízo. Através de um sofisma, neste texto Lacan (1945/1998) decanta o instante de olhar, o tempo de compreender e o momento para concluir. Ao que nos interessa por ora, temos que, através da dúvida do olhar escande-se a certeza do

momento de concluir; ao passo que, no tempo de compreender erige-se uma relação de reciprocidade. Lacan (1945/1998) formula o que chamou de lógica coletiva, juízo escandido na relação de *uns e outros*, mas que se irrompe no momento de concluir como ato, sendo a verdade uma conclusão solitária, porém a qual se atinge na relação com os outros.

Assim, o pesquisar, a investigação de algo que se faz enigma detém-se diante da construção de generalidades – “que se define como uma classe que abrange abstratamente um número indefinido de indivíduos” (Lacan, 1945/1998, p. 212), ao passo que se constitui em uma verdade singular, elaborada em tempo posterior, porém relacionando-se na lógica coletiva, naquilo outrora escrito e elaborado. Portanto, a experiência que se propõe analisar nesta pesquisa é singular em sua verdade, mas atingida através de outros, na relação a outros com os quais compartilho das cenas e dos instantes.

Do instante de olhar, do tempo para compreender e do momento para concluir, nisto que a um só tempo se dá, situa-se minha experiência e localiza-se o processo da escrita dos diários de campo que serão analisados enquanto procedimento nesta pesquisa. Sobre o escrever, Freud (1912) nos relata que a transcrição exata do que ocorre em uma análise pouco interesse pode ter ao analista, haja vista que este deve abandonar-se à ‘memória inconsciente’, deter-se em atenção flutuante, correspondendo à associação livre enquanto escuta. De pronto, a não deliberada seleção de pontos de atenção replica-se no processo de escrita de relatos de caso e assim se segue a escrita dos diários de campo no contexto da investigação que aqui proponho. Os diários iniciaram desde os primeiros passos da experiência que analisei, delineando-se como ancoragem dos tempos vividos. Neles descrevo não somente fragmentos de casos, mas também dúvidas, questionamentos acerca da prática, impasses que surgem diante das instituições e situações que perpassam o cotidiano da experiência. Enfim, trata-se da escrita das cenas, cenários e personagens com os quais convivo e pelos quais transito, estando transferencialmente relacionada e implicada em tais situações, sendo também sujeito da trama. Portanto, são estes os dados analisados à luz do método aqui descrito e posteriormente elaborados e analisados em relação à bibliografia subjacente à pesquisa

## **Capítulo 4 - Análise de experiência clínica: escrita sob transferência**

Este capítulo relata os principais rastros da experiência que proponho analisar: a escuta do sujeito em seu desamparo, em sua fantasmática inventada e seu desejo resistente aos declínios da objetificação. Mais além, a experiência emerge diante de uma linha frágil que nos separa da deterioração humana, de corpos quase destituídos de subjetividade, dos horrores da violência extrema e da segregação.

No entanto, nada disto se faz possível sem que se enfatize uma fundamental relação: a transferência. É sob este laço que está contida esta análise. Durante o processo de imersão e de escrita dos diários de campo, pude depreender que seria este o fio condutor que permitiria o desenrolar de uma reflexão acerca da experiência vivida. É certo que, em se tratando de psicanálise, este texto, e qualquer outra relação analítica, esteja sob o crivo da transferência.

Todavia, reflito que, intimamente ligada à escrita desta experiência, a relação em transferência despontou sob alguns desvios, dúvidas e incertezas que desenham drasticamente estes escritos. Mais especificamente, e em termos de síntese, tornaram-se emergentes as formas transferenciais que se evidenciam na relação do sujeito com a instituição, com seu território e com o analista. Não obstante, estes três pontos intensificam-se na crucial implicação e resistência do analista como contrapartida. Assim se configura o jogo de relações que possibilitam o trabalho de escuta e demarcam seus próprios limites nesta troca situada nos campos clínico e político.

### **4.1 - Sujeito Suposto Saber? – a entrada na rede e a abertura para a escuta**

O difícil trabalho nas instituições trouxe-me, logo no início de minha experiência, certos incômodos. Dentre eles, o caminho percorrido previamente ao encontro entre o analista e seu analisando, ou o profissional e seu usuário. Nos diferentes serviços, são também distintos os modos de viabilidade da escuta. No entanto, um traço comum chamou-me atenção. Como psicanalista, a busca do sujeito pelo seu tratamento sempre me foi primordial. Freud (1912/1996) nos aponta desde o método da psicanálise que o desejo do analisando em buscar a psicanálise visando diminuir seu sofrimento é fundamental ao decorrer da análise. A isto, Freud (1912/1996) acrescenta que é diminuto o efeito do tratamento diretivo e sugestivo sobre o sintoma pelo qual padece o analisando. Assim, neste pedregoso caminho, o sujeito há que

sustentar-se pelas próprias vias e, neste âmbito, um tratamento forçado ou coagido seria pouco resolutivo.

Contudo, na experiência que aqui analiso, isto é, o trabalho de escuta a partir da atuação nas políticas públicas, muitas vezes são acidentados os caminhos que levam a este encontro. Ora por determinações judiciais, ora por encaminhamentos médicos ou insistências de outros profissionais da rede. Na maior parte das vezes, o sujeito não busca uma escuta como se buscasse um atendimento que de pronto lhe faz urgência.

Então, o que temos diante de nós? Como inicia-se uma relação que faça da escuta uma possibilidade? Alguns apontamentos serão trazidos diante dessas questões, mas antes gostaria de retomar certos fundamentos que ensejam a relação transferencial. Em Lacan (2005) vemos a dimensão da experiência analítica como algo que se passa integralmente a partir da fala e, para tanto, uma reflexão acerca de sua semântica permeia a densa discussão do psicanalista. Desta forma, atentamos para o fato de que falar já é estar no objeto da experiência analítica, ou seja, é central a dimensão da palavra à psicanálise.

Tão cara ao fazer analítico, para além da palavra, a linguagem se nos apresenta a partir de fenômenos simbolizáveis que passam a representar outra coisa que não eles mesmos, organizando-se em símbolos que se articulam a partir do significante e significado. A isto, Lacan (2005) denomina como a própria estrutura da linguagem. O sintoma também não seria outra coisa que não algo que se exprime como estruturado e organizado como uma linguagem, à guisa do próprio inconsciente, tal qual abordado nos capítulos anteriores. Em *O simbólico, o imaginário e o real*, Lacan (2005) associa o sintoma a algo que possui equivalência com a pulsão sexual, entretanto, não sendo um equivalente unívoco, mas sim um equivalente plural, sobrepostos de outros símbolos que se organizam em uma complexa cadeia de significantes.

Este suporte da cadeia de significantes que se produz no sujeito, entende-se como metonímia e faz ser possível o deslizamento indefinido dos significantes a partir de uma continuidade. O desejo, por sua vez, só pode ser concebido com base neste suporte constituindo-se, no entanto, a partir de uma queda, de algo que marca a falta, de um objeto perdido que pode estancar este deslizamento infinito (Lacan, 1960-1961/2010).

A ordem do símbolo, assim, não se realiza na experiência se não através de imagens desordenadas que o substituem e passam a ser simbolizadas a partir da relação triangular formada pela mediação da fala. À imagem-semelhança da relação a dois é requerido um terceiro, uma mediação que se institui como linguagem para que possa ter algo de realizável

libidinalmente (Lacan, 2005). Ou seja, uma relação à dois é sempre pontuada por algo do imaginário, por uma construção ficcional própria do eu, mas que exige, para que se faça presente o sujeito, a mediação de um terceiro tempo para qual seja possível a sustentação de certa distância entre sujeito e objeto (Lacan, 2005). Assim, este intervalo entre sujeito e objeto, que se dá a partir da mediação da linguagem e nos introduz, para além da relação imaginária, faz-se na possibilidade de simbolizar o mundo tal qual o inventamos e conta-lo a partir de uma experiência. Neste ínterim, Lacan nos refere que “quanto mais humano, mais preservado do lado movediço e descompensante do processo natural. O homem faz substituir em uma certa permanência tudo o que durou como humano, e, antes de tudo, ele próprio” (2005, p. 36).

O que aborda o sujeito nesta ameaça da relação da imagem, a que Lacan (2005, p. 33) define como “uma relação à dois a ponto de se esvair” está ligado a uma perda, a um furo que se associa a angústia, ao buraco. Esta iminência trata do real que se faz presente na experiência humana, daquilo que, justamente a palavra, não pode tratar; aquilo que a ela lhe falta e que não nos é fornecido.

É nesta relação do real, simbólico e imaginário a partir da fala, da palavra e da linguagem como viabilizadora da experiência humana marcada pela falta e imbrincada pelo desejo, que pretendo desvelar a minha própria experiência. Portanto, é enquanto sujeito, marcada pela falta e às voltas com meu próprio desejo que me é possível contar esta experiência. A partir desta marca, recupero aqui o que Lacan nos permite refletir acerca dos passos dados em uma análise, a saber pelo início de um processo pautado pela busca do analista como um mestre. Seria isto a posição de partida: o analista como um símbolo fictício desenhado como alguém que sabe algo, que detém a verdade sobre quem o busca (Lacan, 2005). Este lugar do analista posicionado como sujeito de suposto saber, possibilita a via da transferência e dá seguimento ao caminho analítico.

Este primeiro ponto, o despertar de uma escuta, me faz pensar em meu estranhamento sobre o trabalho nos serviços e instituições no que tange a entrada, a passagem primeira para o acesso aos profissionais e a um possível espaço de escuta singular. Como já trouxe anteriormente, nem sempre, os usuários nos buscam por necessitarem depositar seus pesares sobre alguém, sobre alguma figura que criaram para supostamente ampará-los e codificá-los em seus anseios. Ao contrário, foram frequentes as vezes nas quais me deparei com um terceiro, uma lei que impunha tal procedimento. Ainda mais importante, são inumeráveis as situações nas quais os usuários nos aparecem através de obrigações impostas por medidas protetivas ou

recomendações judiciais. Destarte, questiono-me: há desejo nesta senda que inicia, de certa forma, submissa à força da lei ou de obrigações terceiras? Há escuta possível de ser articulada ao sujeito?

Com isto me recordo do menino Ruan, cerca de 10 anos, acolhido em um abrigo infantil pela segunda vez, sob a justificativa de que sua mãe não lhe oferecia os cuidados e proteções necessárias, tendo em vista que fazia uso contínuo e abusivo de substâncias ilícitas, supostamente proporcionando-lhe situações de risco para sua integridade física e psíquica. É assim que recebo o pedido de atendimento psicológico encaminhado pela psicóloga da instituição de acolhimento, afirmando que Ruan apresentava choro intenso e irritabilidade, dentre outras reações.

A partir destas informações, recebidas através de uma discussão de caso realizada com os técnicos do abrigo, agendo um primeiro atendimento com o menino. Ressalto que este agendamento foi acordado diretamente com a psicóloga do acolhimento, que então faria a intervenção com o menino. Espero na sala de atendimento, no horário e dia combinados, porém, em um primeiro momento, Ruan não aparece. Recebo uma ligação de um dos monitores da instituição de acolhimento afirmando que Ruan está na cama, chorando e dizendo que não quer ir falar com nenhuma psicóloga. Recordo-me de ter titubeado frente a este aparente impasse. Este seria um dos primeiros atendimentos, em minha primeira situação de trabalho após o fim da graduação.

Claramente, as teorias, os estudos e outras experiências prévias se embaralham em minha mente, mas diante de tal comunicação peço para que o monitor pergunte para Ruan se ele aceita falar comigo ao telefone. Ruan atende do outro lado da linha, com a voz chorosa e um tanto irritado. Me apresento, digo que sou psicóloga e que gostaria de conhecê-lo. Ruan prontamente me diz que não quer falar sobre sua mãe. Em resposta, lhe digo que não é necessário falar de coisas que não gostaria de mencionar e que poderíamos apenas explorar os jogos e brinquedos que havia disponíveis na sala. Ruan então aceita vir ao atendimento, no pouco tempo que ainda nos restava antes do próximo usuário chegar e assim tem-se início seu acompanhamento.

De pronto, este relato que encontro em meu diário, rememora algumas questões peculiares desta relação, isto é, leva-me a articular com discussões perpetradas na contemporaneidade refletindo sobre as marcas de um trabalho fundado sob o arco de vivências

extremas dentro do laço social. Que quer dizer quando Ruan nega-se a falar sobre sua dor? Trata-se de um fato isolado em seu próprio núcleo sintomático ou nos diz algo para além disso?

É fato que nesta fala denota-se uma estrutura nodal na experiência da criança, a saber, que há algo profundamente amarrado, em termos de sua construção fantasmática, de seu desenrolar imaginário e de sua ausência constitutiva que se reflete sistematicamente ao distanciamento da mãe, carregada dos aspectos fantasmáticos que se articulam nesta relação. Quando Ruan fala sobre não querer falar sobre a mãe, por si só, já diz muito sobre si e sua experiência. No entanto, as contingências desta separação são especialmente dignas de nota. Temos, neste relato, uma drástica interferência do Estado neste afastamento entre mãe e filho. Mais tarde, descubro que o poder familiar no caso de Ruan já havia sido destituído, o que significava que, aos olhos da lei, o menino jamais poderia ter novo contato com sua mãe até que completasse sua maioridade legal. Acontece que, para ele, seu sintoma – e seu desejo – estava claramente atravessado por um amor à sua mãe, palavras que pude escutar conforme o tratamento se desenvolveu. O uso abusivo de drogas e os supostos riscos que ela o colocava, não se configuravam, para o menino, como ponto principal de sua relação com a mãe e também faziam parte de sua própria construção fantasmática. Diante desta ruptura, Ruan não fora escutado, teve sua experiência pisoteada na estratificação das instituições, não houve espaço para que a representação de suas palavras entrassem em campo, em detrimento de um bem maior deflagrado por uma autoridade onipotente, que o menino sequer conhecia, mas que, de início, encarnava-se na figura das “psicólogas”.

Aqui exponho um ponto no qual o Estado exemplifica sua função reguladora de forma repressora, conforme abordado no início do primeiro capítulo: a relação social formada para atender à demanda de manutenção hegemônica da sociedade capitalista burguesa ao passo que, condena certos números da população a estarem um passo a mais para fora do aparato democrático que ainda nos garantiria alguma possibilidade de escuta desta família. Diante de Ruan, o Estado, na forma da lei determina que, a partir daquele momento, o menino não mais viveria com sua mãe, sem que se considere o que o contexto desta situação significava para ele, sem que ele pudesse falar.

Para Rosa (2016), diante do excesso de consistência do Outro, produz-se um silenciamento, uma mortífera relação com a palavra, o que penso estar presente na relação que

se estabelece para ser possível a escuta de Ruan. Isto é, esta configuração política, econômica e cultural que se arrefece sobre o Estado, fundado na homogeneização dos ideários da classe dominante e na ação violenta àqueles considerados desapropriados de possibilidades, traduz-se subjetivamente, em termos simbólicos, para sujeitos engendrados nesta posição, como um Outro onipotente, violento, cuja configuração, muitas vezes, faz silenciar. O sujeito cala-se para sobreviver diante da violência, não conseguindo mais estancar o deslizamento metonímico que se erige diante daquilo que é insuportável. Estes são os primeiros rastros que escuto no menino que não queria falar sobre sua mãe: não se tratava apenas de considerar aquela cena como sua resistência, menos ainda como sua patologia, mas sim de considera-la no conflito com uma cena social.

É assim, a partir de uma negativa, que se inicia o trabalho com Ruan. Como possíveis consequências formam-se certas tremulações na relação transferencial, pois não represento, enquanto analista, aquela que sabe sobre ele e que, posteriormente, transmuta-se naquela que escuta o seu saber. Ao contrário, represento aquela que faz calar, aquela a quem Ruan não quer falar. Nesta trama estaria totalmente inviabilizada alguma chance de escuta do sujeito de desejo?

Lacan, (1957-1958/1999) em seu *Seminário – livro 5 –*, no qual aborda as formações do inconsciente, em certo momento de seu texto discorre sobre a relação do sujeito, desejo e demanda na articulação transferencial. Há uma demanda, forjada no campo do Outro, que se articula a partir da linguagem e que está no horizonte da linha da transferência. Trata-se da própria estrutura constitutiva do sujeito, envolto nesta demanda de amor primária que, na transferência, emerge novamente e é colocada em campo. Esta demanda está ali, na presença da figura do analista em si mesma, sendo requerida pelo sujeito. No entanto, não se faz de forma única e aqui se desenha de acordo com inúmeras possibilidades (Lacan, 1957-1958/1999).

Na relação com Ruan, esta demanda tem sua particularidade de carregar os significantes de uma autoridade que o colocou em uma instituição de acolhimento à revelia de seus próprios signos e significantes. Traz ainda o rastro de um outro que demanda que ele fale sobre aquilo que considera, para si, ser necessário abordar: a necessidade da instituição de que o menino se comporte desta ou daquela maneira e que fale sobre isto ou aquilo. Diante desta demanda, Ruan nega-se, inicialmente, a falar.



Vemos em Lacan (1957-1958/1999) a construção da necessária dimensão de que há algo para além da demanda do Outro, que instaura no sujeito seu furo, que possibilita então, uma causa. Há algo além desta relação entre dois em torno da demanda do Outro, sendo fundamental a introdução de uma nova dimensão, que instaure um corte na relação de dependência e alienação. Este para além, erige-se em algo que está latente na relação desde o início, isto é, para além do que o sujeito demanda e além daquilo que o Outro demanda do sujeito, é necessária a presença da instancia daquilo que o Outro deseja (Lacan, 1957-1958/1999).

Ou seja, em qualquer relação com a demanda do Outro, há a necessidade de transpor sua barreira, para que se oriente o sujeito, e sua análise, na direção do desejo em detrimento do estancamento em sua demanda. A transferência a isto nos leva em sua relação, sendo que “a transferência já é, em si mesma, um campo aberto, a possibilidade de uma outra articulação significante, diferente da que encerra o sujeito na demanda. Por isso é legítimo, qualquer que seja seu conteúdo, colocar essa linha no horizonte.” (Lacan, 1957-1958/1999, p. 441).

Parto disto para considerar que, mesmo diante da particularidade da relação social que se interpõe na demanda sobre Ruan, há uma aposta de que, ao considerar a cena social na transferência, é possível que se estabeleça isto de ir além de um predefinido roteiro, vazio de significantes para o sujeito e cheio de uma construção objetual do outro, possibilitando a emergência do sujeito e seu desejo. Esta aposta sustenta-se no desejo – e resistência – do analista, que articula o manejo para além das contingências políticas e sociais, justamente porque as considera enquanto tal. O trabalho com Ruan se desenvolveu, com o menino traçando seu caminho no desejo de reencontrar a mãe e, ao mesmo tempo, reconstruindo sua narrativa a partir do que lhe estava disponível nos espaços de uma criança vivendo em uma instituição de acolhimento. Neste caso, a partir da análise de que há sempre um algo mais que não se sabe contido na palavra, pude atender àquele telefonema e considerar que alguns apontamentos poderiam criar fissuras, descolando, ainda que não completamente, a figura do analista da figura do Estado, da instituição. Quando refiro à Ruan que ele não precisa falar sobre o que não quer e que podemos explorar os jogos e brinquedos da sala, talvez tenha se dado o início desta fissura, deste arranhão feito na imagem que, muitas vezes, possuímos trabalhando dentro de um sistema institucional tão próximo e vinculado a um Estado violador. Ao considerar que ele me falaria de sua história a partir da brincadeira enquanto costura significante para sua vida é que o enigma

se fez disposto a ser ouvido e a escuta teve sua vazão pela fissura sutil de um discurso massificador sobre o outro.

Outra história não muito distante, embora carregada de sua singularidade, ocorreu quando recebi, em meados de 2017, o encaminhamento para o atendimento de Isabel, com seus 7 anos na época. Isabel fora encaminhada para atendimento de saúde mental na Policlínica municipal onde trabalhava na época, pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social do município. No encaminhamento constavam denúncias que relatavam suspeitas de “negligência” e “maus tratos” ao Conselho Tutelar. Isabel ainda apresentava dificuldades de aprendizado e comportamentos considerados agressivos na escola, para com os colegas e professores. Neste ano, dou início às tentativas de atendimento à criança, que comparece a poucos encontros com sua mãe e logo a família muda-se para outro estado, interrompendo os atendimentos.

Isabel e sua mãe retornam ao município no ano seguinte e novamente segue-se o encaminhamento para os atendimentos. Desta vez, a mãe de Isabel comparece com frequência às sessões, sempre justificando repetidas vezes sobre atrasos ou eventuais contratemplos que as fizessem não comparecer às consultas. Silvia, mãe de Isabel, na primeira consulta apresenta bastante dificuldade em relatar sobre sua vida e seu cotidiano. Concentra-se quase que totalmente no fato de que a filha Isabel é muito difícil, de que não tivera problemas com as outras filhas e que Isabel não era “normal”, era muito agitada, agressiva e mentia constantemente sobre ser agredida. Requeria-me um nome para a “doença” da filha. Silvia tinha a particularidade de chamar-me sempre de “dotôra”, mesmo que eu pedisse para que me chamasse pelo nome.

Recordo-me de desconfiar deste nome “dotôra” e refletir sobre o que dizia este termo para além de seu aparente significado. Com o passar do tempo, as queixas de Silvia sobre a filha intensificaram-se, referindo que não era culpada pelos comportamentos de Isabel. A escola relatava dificuldades e desobediências de Isabel às regras coletivas estabelecidas no ambiente, enquanto pairava a desconfiança acerca de supostas negligências da família para com a menina. Os termos desta relação davam-se diretamente sob o cunho destas suspeitas que incidiam principalmente sobre a mãe e indicavam os olhares sobre a filha. Dei-me conta de certo clima

de desconfiança que se estabelecia na instância das abordagens institucionais de diversos pontos da rede e que, talvez, poderiam estar atrelados a alcunha que recaía sobre meu lugar de “dтора”.

Aos poucos, debrucei-me sobre o termo e observei que na palavra “dotôra” havia muitos outros nomes. Na convocação deste lugar, estavam marcadas as insígnias que carregam o Conselho Tutelar, o CREAS, a professora da escola, o juiz da vara da infância e juventude, mas não somente estes como atores isolados e sim imbricados e sobrepostos em seus sentidos. Conferido este dado, passei a questionar-me sobre o que disto perpassava a experiência em questão. O que desta relação coadunava-se com o mais singular de Silvia e Isabel? O que revelavam, ou escondiam, os muitos nomes contidos em “dotôra”?

No decorrer dos atendimentos com Isabel e esporadicamente com Silvia, pude construir, não sem um árduo trabalho, alguma relação que, em breves momentos movia Silvia do seu lugar de queixa sobre a filha. Nestas poucas falas, durante quase um ano de atendimento, ouço breves recortes sobre a história de Silvia e o pai de Isabel, onde a usuária parece revelar, com certo receio, sobre seu antigo envolvimento com o uso e tráfico de substâncias ilícitas. Relata que o pai de Isabel estava evadido de um presídio, em condição, portanto, de ilegalidade perante o Estado. De sua vida, Silvia relata a dificuldade que teve em parar com o uso de drogas, as condições de pobreza extrema e as agressões físicas que sofrera de seu pai quando criança. Foram poucas as vezes, no tempo em que foi possível realizar o trabalho, as quais esta configuração de relatos se presentificou em nossas conversas, sendo quase sempre recobradas pelo retorno à queixa sobre Isabel. Mas, era evidente que havia algo disso na relação entre mãe e filha e na relação de ambas com o meu lugar de analista.

Gostaria de sublinhar aqui a presença de uma situação de desamparo extremo na experiência vivida pelos sujeitos deste relato: um desamparo que promove certa paralização diante do Outro. Em seu texto sobre a Ética da Psicanálise, Maria Rita Kehl (2002) nos constrói uma retomada da formação cultural que faz emergir a psicanálise, sua experiência e suas práticas. A partir do mito analisado em Totem e Tabu, tem-se a morte do pai tirano, assassinado pelos filhos que se reuniram e, através de uma organização mediada pela fala, pelo encontro entre si, puderam levar a cabo o projeto de livrar-se da tirania do pai. Na leitura da autora,

O tema do assassinato do pai, tão presente nas tragédias antigas, representa a necessidade que todos nós temos, a partir da nossa posição de filhos, de barrar os

poderes do pai imaginário para fazer emergir o pai simbólico, condição da lei e do desejo. Nesse sentido, os filhos promovem a castração do pai do mesmo modo como o pai barra os filhos. Esse assassinato ou essa destruição (nem sempre mortífera), tem uma dimensão ética, pois é o que possibilita a passagem da sujeição à condição de sujeitos desejantes. Mas ela institui também, com a passagem do arbítrio paterno à Lei abstrata, a dimensão inconsciente de um saber do sujeito sobre o desejo e também sobre o assassinato a que ele deve sua nova condição (Kehl, 2002 p. 48).

A autora (2002) analisa que as transformações que se seguiram ao longo da história e da cultura levaram à possibilidade de um sujeito dividido, de um sujeito que não é mais a imagem e semelhança de um criador, de uma tradição, de uma filiação. Isto se manifesta sobretudo na passagem à modernidade, onde o sujeito necessita compor sua própria experiência na dimensão de suas escolhas e o faz na relação com a alteridade, nisto que está aí, na cultura, na via do Outro, justamente por poder cindir-se dela é que faz laço. Tal laço é amarrado como linguagem, como discurso diante do Outro, mas como discurso esburacado, faltante, como linguagem que não oferece o amparo da filiação total. Não se trata mais de uma totalidade que tudo nos explica, um pai tirano capaz de nomear a tudo, sem espaço para uma falta, mas de um encadeamento que nos deixa seus furos, que nos desampara. É com esta experiência em desamparo que o sujeito moderno se depara e que pode criar-se enquanto sujeito.

Entretanto, na dimensão da contemporaneidade é necessário observar a distinção que provoca o discurso capitalista e o modelo neoliberal sobre a posição subjetiva diante do laço social. No cenário atual das relações estruturais de distribuição do poder e de seus símbolos, há os que são segregados destas insígnias, formando uma camada social de indivíduos descartáveis ou na iminência de serem extirpados do convívio coletivo da sociedade. A estes estão colocadas as desigualdades de classe, gênero e raça que se coadunam para formar um emaranhado de contingências para a posição subjetiva na relação com o laço social. Isto é, o laço não se dá de lugar nenhum para coisa alguma, mas sim se constitui a partir das palavras que compõem as relações culturais em determinado tempo e espaço. O enlaçamento do sujeito é singular, galgado como inconsciente, mas não desprovido de sua relação histórica. Acerca disto, Rosa (2016 p. 45) nos adverte:

Levar em consideração o lugar que ocupa no discurso social é a especificidade na escuta clínica desse sujeito, mais precisamente na lógica discursiva do mercado, ou seja, atentar para quando esse sujeito ocupa o lugar de resto na estrutura social que promove a condição traumática do sujeito. A identificação do sujeito a esse lugar de dejetos é um dos fatores que dificulta o seu posicionamento na trama de saber e que vai caracterizar o seu discurso, marcado, por vezes, pelo silenciamento.

Partimos, assim, da dimensão ética de um sujeito que só o é em precariedade, em desamparo na sua relação ao Outro, mas também de uma relação de escuta específica da dimensão sociopolítica do sofrimento, como bem nos aponta Rosa (2016). A escuta de Silvia e o nome a que me confere defronte suas contingências políticas e sociais, me interrogam sobre a posição subjetiva de seus dizeres e de meu lugar na transferência desta clínica.

Quando Silvia chega ao consultório após notificações de órgãos oficiais e repete, de inúmeras formas, falas que respondem a estas acusações há aí, de certa maneira, um silenciamento que advém deste lugar de dejetos da estrutura social para o qual nos aponta Rosa (2016). Seu silenciamento compõe-se por responsabilizar o comportamento da filha, algo que se configura como fato cristalizado, impossível de ser transformado, apenas medicado e contido, e evidencia-se na imensa dificuldade em falar sobre sua própria experiência. Neste sentido, o nome “dutora” denuncia um lugar que se desenha a partir de uma mescla do discurso da ciência com o discurso do capitalista. Silvia não sabe sobre ela, nem sobre a filha, é o especialista quem o sabe, é o Estado que pode condená-la que sabe sobre ela. Outrossim, são os serviços e instituições que detêm a palavra, não o sujeito.

Sobre este ponto, gostaria de retomar uma síntese da relação na qual se estabelece a transferência sustentando-se no desejo do analista. A partir da leitura da obra de Lacan, temos que em uma análise o analista é colocado em um lugar do qual o analisante supõe que seu analista detém o saber sobre seus sintomas e pode conferir-lhe esta verdade (Checchia, 2015). Deste primeiro ponto, segue-se a construção da fala do analisante, possibilitada por esta suposição que deve assumir valor de significante terceiro da relação analítica, fator que depende do manejo da transferência pelo analista. Ou seja, o analista é elevado a um valor de ideal para o analisante, que se identifica a este valor ideal, forjando uma demanda de amor, isto é, o analisante ama seu analista e porque o ama, exige ser amado por ele (Checchia, 2015). É isto que está em jogo na transferência e que necessita ser manejado pelo analista a fim de não corresponder a esta demanda de amor de forma a engolfar o sujeito. Faz-se urgente tomar o sujeito como faltante, não colocando-o nesta posição de objeto amado, para que possa tomar-se em sua posição de saber, de sujeito de desejo, posicionado em sua verdade e não na verdade do analista. A isto se refere o desejo do analista, o desejo que é desejo do Outro (Checchia, 2015).

Entretanto, em Silvia vemos um sujeito que, posto em um contexto social e político, na posição de dejetos, a qual nos refere Rosa (2016), nos chega para o trabalho de escuta diante

deste posicionamento que a confere a relação de resposta às acusações que se suscitaram sobre ela. A demanda de amor manifesta-se na demanda negativa de não ser condenada, dimensão que a silencia enquanto sujeito. É isto que Silvia me propõe na negação de chamar-me pelo nome: seu assujeitamento, seu processo histórico de relação de objeto-dejeto com as instituições. Da mesma forma, é a isto que intento não responder e sustentar a clínica a partir do que se configura como desejo do analista, isto é, a manutenção do desejo como desejo do Outro – da ética que se nega a simplificar o sujeito em seu lugar de objeto.

Para tanto, tal dimensão exige o difícil desafio de sustentar a ética psicanalítica nos meandros das instituições. Nestes espaços, somos constantemente convocados a ocupar este lugar de quem diz sobre o sujeito, enunciação carregada de toda relação política que se estabelece na configuração das políticas públicas. Ou seja, não são espaços neutros, mas que respondem à demanda de determinada sociedade e que estão constantemente referenciados a distintos projetos políticos em disputa. É neste entrecruzamento que o psicanalista também é convocado a sustentar sua ética, sem deixar-se isolar em um dispositivo enfadonho que não consegue promover-se no encontro com os outros segmentos das políticas públicas.

A este respeito, na anedota em que contei o encontro com Silvia e Isabel, fui também, diversas vezes, chamada a discutir o caso com os demais dispositivos da rede. Entre profissionais diversos, médicos, professoras, conselheiros tutelares, assistentes sociais e outros psicólogos, dialogamos em perspectivas distintas e, muitas vezes, com objetivos distintos. Nestes espaços, foi crucial sustentar a escuta de Silvia e Isabel como principal caminho, em detrimento de responder objetivamente e simplificadamente acerca do que ocorria na relação entre mãe e filha. A partir disto, foi possível trabalhar com ambas e desmembrar o significante “dutora” em relação às suas fantasias, que se emaranhavam em seus desejos. A partir de um posicionamento ético e político, tomando como referência os ecos transferenciais que a posição do sujeito no laço social confere, sustenta-se a escuta singular do sujeito. No entanto, saliento que tal caminho não se percorre, nos corredores das instituições, sem a incessante tensão entre as aberturas possíveis e as contingências segregadoras. É neste meio fio que percebi que caminhava diante da incursão desta experiência aqui descrita.

#### **4.2- Transferência e Instituição – construir um lugar para a escuta.**

No início de 2019, trabalhando no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), no Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI),

fui designada a acompanhar uma família que estava inserida em atendimentos sistemáticos desde 2015. Segundo o descrito nos prontuários e nas conversas com a equipe, tratava-se da família da adolescente Mariana cujo uso abusivo de crack a levou a diversos e intensos processos de internação e acolhimento em instituições. Na ocasião em que entrei no caso, Mariana estava internada em uma clínica situada em outro município do estado, dando início a seu processo de alta.

Em conjunto com minha equipe técnica, bem como a equipe que a acompanhava na clínica, foram realizados diversos estudos de caso que culminaram em uma visita à casa da mãe em seu município de origem. Esta visita deveria ser acompanhada pelos serviços do território e, assim, no dia em que retornou, Mariana compareceu ao CREAS para um atendimento que havíamos agendado com ela. A adolescente manifestava desagrado em comparecer ao serviço, circulando pelo espaço da instituição e afirmando que não queria conversar com ninguém. Em um destes momentos, afirmou para mim e para a assistente social que acompanhava o caso comigo que *não conversaria conosco, pois nós éramos a lei e ela não confiava em ninguém da lei*. E assim, Mariana retornou para sua casa, enquanto reverberava sua sentença sobre nossa equipe.

Neste momento, enlaçada na própria angústia que tal frase me causou, passei a refletir acerca de suas possíveis origens. Esta frase propunha-me outro fio que transpassava o caminho da minha escuta na rede, convoca-me a questionar profundamente as dimensões éticas do trabalho exercido e de seus efeitos e marcas nos corpos de outros.

Assim, resgato que havia em Mariana, no seu contraponto à lei, um termo singular de receio ao que a colocava limites, ao que a convocava a lidar com seu vazio e que pudesse fazer recorte para seu gozo ilimitado. Tomando isto, passo a pensar na posição de discurso que este diálogo dispõe à cena experienciada. Nesta esteira, a pesquisadora e psicanalista Ana Costa (2018), em seu texto *Considerações sobre transmissão e posição clínica no discurso* nomeia como posição de discurso aquilo que referencia-se nos determinantes inconscientes de certa lógica discursiva incidente no lugar pelo qual o sujeito fala e que, por conseguinte, diz da alienação ao que faz laço social a partir de um discurso dominante. Para a autora, a posição discursiva articula-se às formações de linguagem pelas quais o sujeito da psicanálise se constitui

e, desta articulação, situa-se o que é resistente a esta lógica e que se produz então na construção fantasmática e no sintoma.

Em uma leitura que articula Arendt, Benjamim, Agamben e a psicanálise, Costa (2018) trata das condições da construção do pensamento e da fala, em uma instância que articula saber e verdade. Estas condicionantes estão imbrincadas enquanto formações discursivas que permeiam tanto o lugar de enunciação, quanto o lugar de endereçamento da fala, na instância do inconsciente. Assim, a produção de saber e verdade erige-se como laço social e, portanto, particulariza-se em cada tempo e espaço. Para a autora (2018), tem-se, a partir da psicanálise, um giro no pensamento desta relação, haja vista que ao dispor o sintoma como estrutura de linguagem, como formação discursiva a partir de um encadeamento de significantes que não nos fornecem a palavra final, o corpo passa a ter uma oscilação, a não completude que nos faz buscar o sentido para este vazio. O corpo, para a psicanálise, possui então a marca de uma verdade não-toda.

Entretanto, o enunciado só se faz presente a partir do instante em que se fala. É ali que é possível articular o que, a partir da precariedade do sujeito, fora constituído enquanto fantasia e formações substitutivas ao mal estar que nos é socialmente e culturalmente próprio. Salienta-se que este lugar de enunciação não é presumido pelo sujeito, pois este fala sem saber de onde lhe advém a convocação, visto que isso está posto a partir do laço discursivo ao Outro que nos precede, mas não nos completa (Costa, 2018). Assim, é necessário pontuar que “saber e verdade, ao mesmo tempo que atrelados e disjuntos, mantem o sujeito suspenso entre uma imagem do corpo nunca concluída, um dizer contingente e uma busca de satisfação jamais obtida (Costa, 2018, p. 57). É neste jogo discursivo que o termo endereçamento é colocado em questão na relação transferencial na qual se produz e reproduz a articulação saber-verdade para o sujeito. Acerca disto, Costa (2018, p. 58) nos refere que

O endereçamento faz parte de uma atribuição de saber, situável no campo do Outro, como lugar estabelecido a partir da inscrição do sujeito no discurso, sendo que o interlocutor funciona como suporte da atribuição. [...] O endereçamento do sujeito ao Outro do discurso, buscando resolver uma condição de exílio resultante da clivagem saber/verdade, ao longo do trabalho produz efeitos de báscula entre irreal e impossível. Ou seja, a incidência do Real na deriva pulsional, articulada ao furo no Simbólico. Essa báscula dirige o caminhar, esgotando efeitos sintomáticos por ela criados. Poderíamos resumir, de forma rápida, propondo que num percurso de análise, na insistência do



encontro de um Outro que não responde, o sujeito pode fazer a experiência desse mutismo originário.

Quando Mariana nega-me a fala, refletindo acerca do que reverberou desta experiência, contendo-me posteriormente nesta relação da produção de saber-verdade e sua articulação com a posição de discurso que se situa na cena. Em Mariana, deparo-me, neste primeiro momento, com um silenciamento operado diante daqueles que representam a lei e que possuem, em nosso tempo histórico e na singularidade da experiência da adolescente, o poder de determinar sobre sua vida e seu gozo. Nesta cena, a analista faz parte deste jogo de tal forma que fica contingenciada a partir do discurso da lei. A escuta, neste caso, fica à margem do trabalho viabilizado e Mariana vai embora sequer aceitando qualquer interação com a equipe.

Todavia, em outro momento, consigo conversar com a adolescente já de volta na clínica na qual estava acolhida. Nesta cena, pudemos nos encontrar com mais tempo, sem as contingências territoriais que seu município de origem a evocavam. Neste episódio, Mariana relata que estava cansada. Queria sair dali, embora fosse um lugar do qual gostava. Descreve que era muito melhor do que outros lugares que havia frequentado. Havia sido internada, ainda com seus 12 anos, em um hospital psiquiátrico onde sofrera inúmeras violências, descrevendo-me como fora amarrada em uma cama diversas vezes, passando dias sem conseguir se mover. Neste momento, refere que a trataram como *louca*. Um pouco mais velha, em decorrência do uso abusivo de drogas envolveu-se com o tráfico de substâncias ilícitas e fora acolhida, cumprindo medida socioeducativa em meio fechado. Desta experiência, relata sobretudo a dificuldade em ficar confinada em uma “cela”, passando horas sem poder ver a luz do dia. Desta cena, relata ter sido tratada como *bandida*. Ao contar-me este relato, Mariana finda repetindo que estava cansada, não querendo mais ser nem *bandida*, nem *louca*.

Nesta mudança de posição discursiva, da negativa da fala para o relato contundente de Mariana, fora necessária uma mudança relativa ao tempo e espaço que se procede a cena. Isto é, enquanto profissional inserido na RAPS, em certos casos, nos movemos entre instituições e situações que nos possibilitam transitar pelos significantes que permeiam os muros e corredores dos serviços. Nesta breve cena, algo se move junto com o deslocamento do espaço de escuta e o endereçamento possibilita um enunciado distinto. Ainda que tenha sido somente um instante, este fragmento de escuta evidencia o quão imbricado na transferência está a relação entre

sociedade e instituições e, o que disto nos atinge enquanto possibilidade e impossibilidade de escuta.

Aqui faz-se fundamental sustentar uma política que não se enderece apenas aos cumprimentos e preenchimentos de prontuários e fichas organizativas, preocupadas com o fornecimento de diagnósticos e reafirmações de estereótipos. A escuta que a psicanálise me proporcionou neste caso, fez ser possível desmembrar, ciente desta interação política, os canais pelos quais foram tecidas as malhas da fantasia de Mariana. Ter como componente da transferência a dimensão da contradição das políticas públicas enquanto representantes de um Estado que cala as singularidades, faz ser possível colocar em questão a própria contradição do lugar do analista em tal espaço e, por fim, poder retomar o exercício de sustentar este Outro que não responde e que institui um espaço vazio, no qual é possível o sujeito criar-se.

#### **4.3- Transferência, território e violência**

Em meados de 2018, ainda na experiência vivida em meio a escuta realizada em uma policlínica municipal, fui convocada a partir de uma breve fala trazida pelo menino João, de cerca de 8 anos. Em acompanhamento já há algum tempo comigo, João me relata em certa sessão que naquela semana não estava conseguindo dormir a noite, pois ficava pensando em um vídeo que viu na internet. O vídeo, segundo o menino, mostrava traficantes vindos de um outro estado do país que assassinavam violentamente traficantes de um município de Santa Catarina.

Pedi para que João falasse um pouco mais acerca do que pensava sobre esta alegoria e o que acontecia para que não conseguisse adormecer. João então me traz sua preocupação de que isto ocorra em seu bairro, com os responsáveis pelo tráfico de seu território. Pontuo aqui que João residia em um dos bairros mais violentos do município, onde conflitos armados entre facções criminosas e forças policiais eram frequentes e se manifestavam quase que unanimemente nos relatos que ouvia dos pacientes daquela região. João prossegue dizendo que os “bandidos” da sua rua lhe conhecem, sabem seu nome e ele mesmo sabe como lidar com eles e que acreditava que se viessem os “bandidos de fora” isto se perderia e João não seria mais conhecido no território e tampouco conheceria a história dos novos “bandidos”.

Antes de continuar a análise desta vinheta, gostaria de assinalar a dimensão que aí se estabelece em minha experiência: a escuta inserida em sua relação com o território e com o que dele emana. Para isto, proponho uma breve nota acerca da temática, para que possamos refletir sobre de que se trata este contexto. O professor e pesquisador Milton Santos (2014), uma das principais referências para esta discussão, aponta que a dimensão espacial é construída a partir de inúmeras relações.

O espaço enquanto categoria elementar do território não é tido somente como o conjunto de elementos físicos que compõem a paisagem, mas sim a interação destes com os processos históricos e sociais manifestados no cotidiano do ser humano (Santos, 2014). Fato importante de constatar trata-se da compreensão do espaço como elemento territorial da totalidade, isto é, em Santos (2014) apreendemos a noção de que há uma estrutura que se erige em amplitude e se articula intrinsecamente aos particulares modos de composição local. Neste contexto, o espaço reproduz-se na totalidade e a partir dela, acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas. Em detrimento de compreendê-lo como forma estanque em sua própria finitude, o espaço faz-se nas transformações das estruturas sociais e, por ser elemento fundamental da totalidade, influencia também o próprio curso das transformações estruturais (Santos, 2014). Assim,

Cada elemento (estrutura, subestrutura) muda de valor, ao mesmo tempo que a totalidade se transforma, qualitativa e quantitativamente. Contudo, o ritmo dessa evolução é diferente para cada elemento ou estrutura. Essa diacronia é a verdadeira base do processo de transformação. Por isso, as formas espaciais, cuja natureza as torna resistentes à mudança, constituem um elemento fundamental da explicação do processo social e não somente o seu reflexo. (Santos, 2014 p. 45).

Nesta diacronia que engatilha a transformação da totalidade, expõe-se a reflexão acerca da relação espaço-tempo. Pensando a atualidade do espaço, o autor (2012) trabalha a dimensão do espaço atual formado a partir de elementos que são tempo-passado atualizados no presente espacial, isto é, elementos que abrigam em sua essência a objetivação do espaço fazendo do passado sempre uma questão, participando da atualidade como forma fundamental à sociedade. Esta operação se faz a partir dos elementos do espaço, que transcorrem e carregam instantes temporais em suas formas. Assim, temos um delineamento da composição territorial a partir da relação espaço-tempo, em uma relação histórica entre sociedade e território, entre totalidade e espaço local.

A partir do capitalismo e da globalização, a especialização cada vez mais crescente da economia contribui para tornar o ser humano alheio ao seu próprio processo de trabalho, alheio ao seu espaço – fragmentado em sua totalidade – transformando a própria terra como um local análogo à fábrica (Santos, 2012). A relação espaço-tempo e espaço local e total também se fragmenta, fazendo da cidade objeto estranho à região, e esta, objeto estranho às próprias necessidades dos que a habitam (Santos, 2012). Nesta análise, cidade, espaço, região e ser humano são conformados enquanto elementos monetizáveis, alinhavados para a obtenção de necessidades imediatas, condenados aos seus valores de troca no mercado, findados enquanto mercadoria (Santos, 2012).

É neste espaço-tempo, constituído na territorialidade e em sua relação com a vida cotidiana tecida nas malhas de uma estrutura socioeconômica que, ao contextualizarmos tais apontamentos para o território, pode-se vislumbrar a figura do sujeito. O território assim definido se estabelece enquanto cenário, cena e enredo na construção subjetiva que se atravessa pela e na cidade.

A anedota trazida por João, em sua construção ficcional nos coloca diante da questão da violência que se estabelece em um território periférico a partir dos conflitos armados interpostos pela questão do tráfico de drogas. Cabe aqui tecer alguns apontamentos acerca desta relação objetivando alinhavar a escuta em sua dimensão sociocultural.

Feffermann (2006), em sua pesquisa sobre o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico, aponta a necessidade de reflexão acerca da função da droga na sociedade contemporânea. Para a autora (2006), a questão do consumo e tráfico ilegal de drogas assume circunstancial importância no contexto pós-Guerra Fria, de acordo com as novas necessidades de readaptação do capitalismo em termos mundiais. Isto é, a droga, considerada como um elemento de destruição e desagregação passa a ser um alvo constante das políticas estatais a partir de sua ilegalidade (Feffermann, 2006). Assim, passa a ser garantido e aprimorado o aparato repressor do Estado, que assume a liderança na chamada “guerra as drogas”, instaurando o combate armado que garante geopoliticamente o controle militar da América Latina (Feffermann, 2006). Para a autora,

Essa intervenção do Estado tem a finalidade de disciplinar e sanear os espaços públicos e particulares (trabalho, rua, hábitos de higiene, costumes sociais). Produz-se um alibi perfeito e legítimo para considerar como conspiradores todos os envolvidos com a

produção do tráfico de drogas, tornando-os sujeitos a ser punidos por agentes militares (Feffermann, 2006, p. 23).

Desta forma pode-se pensar que a questão do ostensivo combate ao tráfico de drogas articulado pela política nacional de segurança pública reflete, em realidade, uma concepção ideológica que visa atuar nos territórios periféricos, incidentalmente acometidos por diversos processos de marginalização e pobreza extrema, promovendo o controle e o domínio sobre as populações, disciplinando os espaços públicos e formando o estigma dos indivíduos perigosos que devem ser extirpados do convívio social (Feffermann, 2006).

Este aparato sustentado no Estado capitalista recai em conformação com o processo de constituição racial no caso brasileiro. Conforme apontam dados do Atlas da Violência de 2017, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras, sendo os jovens negros exterminados em proporção análoga aos contextos de países em guerra (Cerqueira, et. al. 2017). Assim, esta periferia a ser controlada e marginalizada sob forte aparato repressivo do Estado possui a marca da estruturação racista que incide então sobre o território global.

Nisto pontua-se a inserção industrial em escala global que se abate sobre o tráfico de drogas: a partir da década de 1970 o tráfico ilegal insere-se mais substancialmente no mercado internacional, gerando exorbitantes lucros e passando a fazer parte da própria lógica do capital (Feffermann, 2006). Considerado o segundo mercado mais lucrativo, os circuitos da ilegalidade entranham-se no cotidiano da própria legalidade, gerando dinâmicas e violências próprias (Feffermann, 2006) que se manifestam no trivial dia a dia de comunidades e populações.

Quando João traz o relato de sua angústia diante de possíveis câmbios nas formas com que as dinâmicas da violência se desenham em seu bairro, de certa forma, não fala somente de si mesmo, mas do que em sua singular sintomática diz do que é partilhado no público, na cidade, no território. Aqui vemos a potencial dinâmica política que a psicanálise permite evidenciar a partir de uma escuta que por ela se orienta, isto é, em João e sua frase é possível decompor toda uma relação entre estruturas sociais e econômicas compartilhadas em termos da cultura e da sociedade. Mais ainda, permite que, nesta dinâmica política do singular que se articula ao compartilhado, não se recaia em um espectro determinista onde as contingências afetam por

igual cada sujeito. Ao contrário, investiga-se no decorrer da escuta o que daquele discurso que permeia e compõe historicamente um território faz questão a um sujeito em particular.

Sublinho aqui a fundamental importância de não desvincular frases como estas de seu processo de composição territorial, haja vista que, em termos de atuação em políticas públicas há esta tendência em tomar-se o sujeito como um indivíduo sem experiência, sem singularidade, mas também sem relação ampliada com seu contexto sociopolítico. Isto evidencia-se no decorrer dos atendimentos com João que recebe um diagnóstico de Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e a partir daí passa a compor o rol de crianças diagnosticadas através da lógica corrente nos manuais de psiquiatria.

O TOD, segundo esta lógica nosográfica, caracteriza-se por um conjunto de sinais no quais a criança indica comportamentos disruptivos de desobediência e oposição às regras de um determinado ambiente de forma constante, associando-se em comorbidades com outros diagnósticos tais como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dentre outros (Serra-Pinheiro et. al. 2004).

Na cena vivida com João, este diagnóstico ocorre a partir do acompanhamento com um profissional da psiquiatria e incute diversos efeitos na organização discursiva das instituições como a escola e a família acerca do menino. Em diversos momentos, a mãe e a professora me pedem referências e maiores explicações sobre o diagnóstico que então definiria os comportamentos de João. Nestas situações iniciei um trabalho que intentava recuperar o singular do menino em meio ao TOD, escutando também a professora e a mãe em suas relações com João, decompondo a cristalização que a palavra diagnóstica continha. Tal operação não ocorria sem resistência e convocou-me a refletir mais proximamente acerca da temática do diagnóstico e sua possível função nas políticas públicas, nas instituições que as representam e na experiência vivenciada com João.

O psicanalista e pesquisador Dunker (2015) aborda enfaticamente a questão dos diagnósticos na contemporaneidade e sua articulação com o mal-estar, o sofrimento e o sintoma, relacionando-os com a necessidade de pensa-los em conluio à cultura na qual se inserem. Para ou autor (2015), em tempos atuais, diagnosticar tornou-se uma prática trivial que transcorre sistemas de narrativas estéticas, descrevendo processos na saúde, na ecologia, epidemiologia, sendo uma das práticas mais valorizadas na atualidade. Mediada por sistemas simbólicos, a

prática do diagnosticar compõe cada vez mais as políticas públicas, orientando as formas de agir e suas intervenções na sociedade (Dunker, 2015).

Uma diagnóstica, assim, seria justamente este conjunto de afirmações sobre o outro, cujos caminhos incorrem em distintos e ampliados efeitos sobre o campo de vida do sujeito (Dunker, 2015). Aponta-se para um sistema galgado na globalização das maneiras de sofrer onde faz-se cada vez mais possível e talvez necessário incluir-se em uma determinada descrição diagnóstica através de seu conjunto de signos designados a nomear as formas de sofrer que merecem mais ou menos tratamento no âmbito da normatividade (Dunker, 2015).

A redução das modalidades de sofrimento a uma mesma gramática normativa e a uniformização dos sintomas à sua forma ocidental contemporânea são processos ideológicos relevantes, tanto porque funcionam como neutralização do potencial crítico que os sintomas psicológicos trazem para a compreensão de determinado estado social quanto pelo papel que os sintomas sempre tiveram, de produzir novas modalidades de laço social (Dunker, 2015, p. 35).

No entanto, para o psicanalista um diagnóstico orientado pela perspectiva da psicanálise não deve ater-se somente a questão do adoecimento, mas sim orientar-se a partir da ótica de uma reconstrução de uma forma de vida. Com isto se quer dizer que está em análise tanto a diagnóstica sobre o sujeito, quanto a transversalidade diagnóstica entre disciplinas distintas (medicina, psicanálise, psiquiatria) sem olvidar-se dos efeitos discursivos que isto promove nos âmbitos jurídico, econômico, moral e suas imbricações no real das diferenças sociais como as marcas de gênero, classe e raça (Dunker, 2015).

Assim, tem-se, a partir da psicanálise, um enquadre que permite pensar o diagnóstico de forma ampliada e implicada ética e politicamente, isto é, ao reconstruir-se uma forma de vida, toma-se toda sua complexidade e experiência refazendo o caminho traçado pelo laço entre trabalho linguagem e desejo, tomando então a patologia que se expressa no sintoma, no mal-estar e no sofrimento estritamente como uma patologia do social (Dunker, 2015). Ressalta-se que, ao denominar este termo o autor busca diferir da ideia de que se propõe a análise a partir de uma sociedade patológica, cunhando meios mais ou menos saudáveis de ser sociedade. Ao contrário, busca-se justamente o partilhável do sofrimento no laço social que é distinto em seu tempo histórico e neste sentido “os atos de reconhecimento ou de desconhecimento transformam a experiência real do sofrimento” (Dunker, 2015 p. 37).

Levando a cabo esta concepção a partir da psicanálise e em busca de, a partir da relação transferencial com João, produzir um encontro que possibilitasse a iminência da construção de um saber do sujeito e não simplesmente de uma palavra diagnóstica, fui em busca disto que se repetia como significante neste território. Para além de João, de outros meninos e meninas daquele bairro pude escutar a dinâmica da violência tomar seus singulares nomes, ora apostados no relato de uma violência policial, ora remetidos as cenas de conflitos entre grupos armados, ora contidos nas experiências vividas nas ruas onde aquelas crianças ao mesmo tempo brincavam de bola ou de soltar pipa e testemunhavam espancamentos, assassinatos e outros conflitos.

Pensar o caso do menino João levou-me a articular a questão do território, da violência e da transferência. Se tomarmos o diagnóstico ampliado e a busca por estabelecer uma escuta a partir dele, um Transtorno Opositor Desafiador não basta para exemplificar uma experiência singular do sujeito. Não bastava na escuta de João e assim me dispus a tentar construir algo que incidisse para além das paredes da minha sala de atendimento e muito além do TOD.

Não obstante, em reuniões intersetoriais a queixa da dificuldade dos profissionais de diversas áreas em trabalhar com os efeitos da violência neste bairro eram constantes. Da queixa, em um determinado momento, foi possível abrir espaço para a invenção de algo diante destes termos. Construiu-se então, em uma conversa com representantes de outros serviços da rede que acompanhavam aquele território (CRAS, escolas e unidades de saúde) a ideia de realizar trabalhos conjuntos que expandissem o trabalho dos profissionais e o alcance da própria política, tais como a operação de grupos de escuta, rodas de conversa e espaços nos quais as experiências singulares que aqueles jovens e crianças viviam em seu violento cotidiano pudessem ser compartilhadas. O projeto contava com a possibilidade de utilizar a arte (dança, música, grafites, etc) neste processo e visava estender-se além dos muros das instituições, ocupando espaços públicos do bairro.

Entretanto, esta experiência não chegou a concretizar-se devido às próprias dinâmicas institucionais, de processos de gestão que justamente exigiam cada vez mais a produção de atendimentos e rendimentos, das impossibilidades de encontrar materiais e organizar os próprios encontros entre as equipes que atuavam naquele território. Nestas dinâmicas institucionais, percebi haver, através deste ponto de minha experiência, um forte tensionamento entre discursos e práticas que tendem a manter o sofrimento como uma forma exclusivamente individual e impartilhável e outras perspectivas que buscam justamente ampliar as



possibilidades de análise. Destarte, dei-me conta que um TOD é possivelmente tratável e, ainda que o sintoma não se adapte à organização social, através de um diagnóstico reduzido é possível imobilizar aquilo que escapa à funcionalidade da norma como algo contido em uma falha do indivíduo. Por este ângulo, se João era agressivo e não obedecia a regras nada tinha que ver com a questão social exprimida na violência urbana de seu território. Um TOD é nomeável desta forma, é passível de tratamento. Ampliar e articular este sofrimento, sem esquecer-se sim de sua sintomática singular, mas viabilizar a publicidade, o compartilhamento de seu laço implica em realizar fissuras em um sistema que se organiza a partir das diferenças de classe e dominações de gênero e raça. O TOD não nomeia estas relações e, mais ainda, as renega para fora do campo de jogo.

Nesta vinheta, apesar da impossibilidade da realização do projeto que possibilitaria ampliar os usos das palavras que corriam, repetiam e se refutavam naquela dinâmica socio-territorial, o olhar da psicanálise propiciou a subversão de uma lógica. Ou seja, a partir da radicalidade da escuta daquilo que se encarna no sujeito e faz laço é possível uma atuação que aponte as fissuras de uma prática normativa que se pretende inócua, total e harmonizada. Em seu discurso e por seu discurso, a psicanálise possibilita aberturas naquilo que, justamente, não é total, não é sem mal-estar. Entretanto, isto não se processa sem resistência, a resistência à própria escuta do sujeito que se evidencia nas instituições marcadas por uma lógica de manutenção da norma. Com João e os outros meninos e meninas desta vinheta, deparei-me com a radicalidade desta resistência e passei a atentar para as demais situações nas quais isto ocorria.

#### **4.4 - Resistências em escuta – o resistir do analista e a resistência da psicanálise no laço social**

Outro relato que me recordei trata-se do caso de Tainá. Aos 16 anos, Tainá testemunhou seu padrasto assassinando sua mãe em sua própria casa. O crime, posteriormente tomado como feminicídio, foi amplamente divulgado em diversas mídias e o julgamento fora acompanhado por toda comunidade local. Tainá fora encaminhada à unidade de saúde para acompanhamento psicológico devido à situação de violência extrema que vivenciara naquele momento.

Antes de chegar à Policlínica na qual eu trabalhava, Tainá havia passado por outra unidade de saúde, onde conversara com outra psicóloga que lhe pediu para que descrevesse a cena do assassinato de sua mãe. Além disso também já havia repetido a história diversas vezes em depoimentos em delegacias e audiências. Tainá me refere que não gostaria de falar o que

ocorreu novamente, pois não suportava mais contar esta cena. Não queria comparecer a uma consulta com psicóloga, pois não queria mais falar. Foi sobre isto nosso primeiro encontro. Foi sob silêncio que se estabeleceu um primeiro contato, que se desdobrou posteriormente em um complexo processo de escuta. Tainá pouco falava. Tainá apenas referia que estava “tudo bem”. Não havia qualquer queixa, não havia questões e sofrimentos aparentemente demandados a mim. Entretanto, a adolescente comparecia às sessões todas as semanas para afirmar que estava bem, estava comparecendo à escola, estava feliz com o namorado.

Com o passar das sessões percebo o quanto o silêncio e as poucas referências a questões aparentemente sem muitas implicações para o caso começam a angustiar-me enquanto analista diante desta relação transferencial. Seria o caso de encerrar os atendimentos? Não haveria demanda em Tainá naquele momento, mesmo diante da extrema violência que a ocorrera? Tomada por estas questões e sem recorrer a uma devida reflexão, recordo-me de ter interpelado se a adolescente gostaria de encerrar os atendimentos por um período, pergunta que fora contestada negativamente por Tainá. Ela gostaria de continuar. De alguma forma, era aquele silêncio que precisava estar em cena para ela e a isto a psicanálise nos traz elementos importantes aos quais recorri para dar continuidade ao caso.

O silêncio toma sua parte nesta vinheta e também é questão presente para a psicanálise, haja vista que justamente, tal qual o método de Freud, a fala é função elementar que possibilita a elaboração daquilo que se repete aos moldes do inconsciente. Parte-se para a reflexão sobre o que se estabelece aí quando se refere a fala como senda de uma análise.

Em seu texto *Recordar, Repetir e Elaborar*, Freud (1914) tece elucubrações a respeito da técnica psicanalítica retomando o trabalho ineficaz da hipnose que, embora o paciente de tudo recordasse sob este efeito, pouca eficácia produzia-se fora do estado hipnótico. A partir da construção da técnica da associação livre, Freud (1914) afirma ser necessário deslocar o uso do enfoque no que se recordava para justamente o que o paciente deixava de recordar.

Para isto, haveria de ser manejada a transferência para que o paciente pudesse enfim superar as resistências que o impulsionavam à repetição, sendo este o trabalho do analista e não mais a tentativa de colocar para o paciente um problema focal a ser analisado (Freud, 1914). Aí se dava então uma mudança fundamental para a psicanálise, pois passava-se a jogar um jogo cujo objetivo era produzir a “cura” a partir da posição do próprio sujeito e não necessariamente de acordo com uma única situação considerada patológica. Havia algo mais, um enigma inconsciente que para a psicanálise desvenda-se em um complexo caminho de manejo

transferencial. Neste jogo, o sujeito é impelido à repetição e não à necessária recordação clara de memórias infantis que influam em sua patologia, fato que se dá não a partir da memorização, mas da replicação na atuação com o analista disto que se repete (Freud, 1914). Nesta esteira, Freud (1914) nos coloca que a técnica psicanalítica não visa a promoção de conteúdos especificamente claros a serem trabalhados, haja vista que o que se repete e diz do sintoma do sujeito, repete-se de forma enigmática, na transferência e por meio das formações do inconsciente que não se expressam de maneira organizada nos moldes da consciência.

Este processo também não se forma linearmente, sendo necessário apenas dizer para o paciente “fale o que lhe vem à mente” que o sujeito começa como um passe de mágica a associar livremente. Freud (1914) nos alerta que, muitas vezes, o paciente nada têm a dizer e que as resistências se manifestam veementemente, sobretudo no início de um tratamento. Assim, há que atentar-se para a relação imbricada entre a transferência, a repetição e a resistência que deve ser manejada cuidadosamente pelo analista. Disto nos diz Freud (1914, p. 5), ao discutir os avanços da técnica psicanalítica, que “aprendemos que o paciente repete ao invés de recordar e repete sob as condições da resistência”.

Destarte, temos que é necessário estender-se ao paciente o devido tempo necessário para que a repetição manifesta nas figuras da resistência e da transferência possa ser elaborada (Freud, 1914). Esta elaboração, na prática revela-se uma tarefa árdua tanto para o analista quanto para o paciente, mas trata-se da partícula da análise que possibilita as mais efetivas mudanças no quadro evidenciado e está aí a distinção do tratamento analítico em relação aos caminhos tomados pela via da sugestão (Freud, 1914).

Analisando tais questões técnicas, Freud nos dá pistas de que para a psicanálise o que é efetivamente recordado e descrito em uma análise, tanto por parte do analista quanto do paciente, não se faz como único caminho no processo. Isto é, por ser inteiramente atravessada pelo inconsciente, a relação transferencial e, portanto, o tratamento analítico é dado no além do que se coloca superficialmente, do que se recorda, do que se diz. É posto no que se repete a partir da transferência e que busca ser elaborado no amparo da associação livre.

Lacan, por sua vez, nos oferece mais alguns elementos que se debruçam especificamente sobre a reflexão que se faz por meio da linguagem. Em seu escrito *Função e campo da fala e da linguagem* nos traz a dimensão da fala do paciente como sendo o meio pelo qual a psicanálise procede sua investigação. Atenta-nos para que esta evidência, embora aparentemente óbvia,

não deve ser negligenciada pelo analista, tratando-se a análise de um trabalho ancorado no mais além da estruturação de um discurso (Lacan, 1953/1998).

Toda fala pronunciada na cena analítica pede uma resposta e Lacan (1953/1998) nos diz que não há fala sem respostas, mesmo que diante desta haja apenas o silêncio do analista. A isto se deve o fato de que a fala encontra diante de si um ouvinte, sendo este o princípio de sua função em uma análise, ou seja, há na dimensão da fala um vazio, um traço que se manifesta em sua superficialidade e que diante deste que escuta – o analista – encontra sua resposta não de forma semântica, na via dos significados, mas sim na busca de um para além da fala que preencha esse vazio (Lacan, 1953/1998). Disto temos que

Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz. Mas, para obter a confissão é preciso que fale disso. Então, ele recupera a palavra, mas tornada suspeita por só haver respondido à derrota de seu silêncio ante o eco percebido de seu próprio nada (Lacan, 1953/1998, p. 249).

Se, então, o trabalho do analista é pôr em suspeita a palavra, buscar o não dito naquilo que se fala, tem-se a evidência da dimensão imaginária do discurso, meio pelo qual o sujeito monta sua fantasia ao mesmo tempo que se constitui na ferramenta principal para que sejam fissuradas as imagens em seu discurso (Lacan, 1953/1998). A tarefa do analista é de suspender as certezas do sujeito e isto se reduz a partir do discurso, ainda que o mesmo aparente nada comunicar, seja construído a partir de enganos, ou negue a existência de evidências. O discurso em si é a comunicação, ele constitui a verdade do sujeito e se evidencia crendo que há quem o testemunhe (Lacan, 1953/1998).

Recorrendo à psicanálise nos termos citados, pude suspender a necessidade de que Tainá falasse sobre o que ocorrera ou sobre demais questões que necessariamente lhe trouxessem sofrimento. É possível, na escuta psicanalítica, escutar justamente o fato de Tainá fazer-se presente, manter-se diante do testemunho da analista. Por outro lado, era importante também que o analista se dispusesse a escutar esta presença e testemunha-la, ainda que as palavras fossem poucas. O analista aposta no sujeito, mesmo diante do silêncio ou das poucas falas. Como nos aponta Freud (1914), não era necessário focar em uma questão, tampouco que surgissem de início falas carregadas de sofrimento. Para Tainá era necessário dar-lhe tempo para que pudesse repetir na transferência e ir em busca de uma elaboração. Posto isso, cabia a mim, enquanto analista, suspeitar do que se colocava naquela relação, tal qual nos impele a escuta psicanalítica. Com o passar deste tempo, Tainá trouxe situações tratadas através de sonhos nos

quais ela corria contra o tempo para tentar salvar a mãe de seu destino. Diversas outras anedotas puderam comparecer também sem relação direta com o evento do feminicídio, como a história pregressa de Tainá, sua mãe e sua família.

Outrossim, a escuta psicanalítica não visa corresponder a um objetivo institucional ou a uma demanda de sofrimento como observou-se em Tainá que, diante de tão grave perda, precisou de seus singulares contornos para iniciar sua elaboração, a despeito do que lhe pediam em confissões e interrogatórios não pautados pela psicanálise.

Entretanto, gostaria de atentar justamente para um fato que também diz disto que nos impele para um caminho predeterminado no trabalho de escuta dentro dos serviços e instituições que representam as políticas públicas. Trato da minha própria dificuldade inicial em sustentar este processo e da tentativa em encerrá-lo que, provavelmente, dizia mais de uma resistência a escutar do que da ausência de demanda do sujeito.

Ao ponderar acerca desta resistência, vem-me em mente o horror que causara na equipe de trabalho o relato deste feminicídio e da condição em que Tainá presenciara a cena. Este horror também havia me tomado, assim como circulava pela comunidade local através da veiculação midiática. O relato desta cena por parte de Tainá era o que os meios jurídicos, a sociedade e, de certa forma, os serviços de saúde, assistência e educação esperavam estar em pauta para o momento de vida da adolescente.

Refletido a respeito da escuta psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento, Rosa (2016) nos aponta ser necessário problematizar o sofrimento psíquico que emerge diante de situações sociais violentas, pontuando as especificidades desta clínica. A autora (2016), a partir do questionamento do uso de diagnósticos tais como Transtorno de Stress Pós Traumático, enfatiza que é necessário realizar a crítica de que a busca em realçar a situação da violência vivida tende a despolitizar o acontecimento e reduzir o sujeito à condição de vítima da cena.

Ou seja, a exemplo de Tainá, a redução de sua subjetividade à situação de violência acaba por individualizar uma questão de amparo político e social, despolitizando uma dimensão que possui raízes na organização coletiva de determinada cultura e sociedade, ao mesmo tempo em que se exclui a possibilidade de escolha do sujeito em sua singular capacidade de retomar sua posição subjetiva e política (Rosa, 2016).

Rosa (2016) direciona a importância em atentar-se de que, diante do acontecimento violento, o sujeito tende a fazer coincidir o saber (o fato em si) com a verdade, deixando tomar-se pela situação como forma de solução imaginária, o que faz configurar enquanto função de uma análise fazer o deslocamento, separar esta aglutinação. Destarte,

O acontecimento violento fica configurado como aquele em que a verdade e o saber coincidem univocamente, ou seja, sem separação e sem lugar ao equívoco; nele a contingência do acidente é tomada como verdade, em que se verifica um fechamento da pergunta pela causa (Rosa, 2016, p. 66).

De certa forma, em Tainá vemos que isto se processou também no aporte da analista, quando, em conjunto com o discurso circundante nos serviços sobre o caso, me detive em esperar um intenso sofrimento posto em palavras direcionadas a mim. Diferentemente, Tainá evoca inicialmente um silêncio diante do ato violento que vivenciou, proferindo relatos que a remetiam a outras situações que não a causavam exacerbada inquietação. Apesar dos pormenores do relato e do que isto poderia enfim dizer da singularidade da constituição do caso da adolescente, cabe-me suscitar a discussão acerca da condição de resistência à escuta que se passa diante destas situações de sofrimento em sua relação sociopolítica.

Sobre a resistência, Freud (1912) em seu texto *A dinâmica da transferência* estabelece-a enquanto intrínseca ao próprio processo da transferência. Considera que o amor de transferência, que se direciona ao médico, seria não somente uma porção de ideias antecipadas conscientes, mas também um aglomerado daquilo que fora retido no inconsciente. Disto parte para a ideia de que a “transferência surge como a resistência mais poderosa ao tratamento” (Freud, 1912, p. 61).

Freud (1912) segue seu estudo na direção de que quando as associações cessam, isto é, onde o paciente acha-se em crucial momento de difícil articulação, algo projeta-se a figura do médico. Retoma que, este algo, diz de uma parte substancial da libido que se encontra na porção inconsciente e que o tratamento psicanalítico segue este caminho, no intuito de desvendar esta relação libidinal, tornando-a acessível à consciência. É neste ponto que se erguem as resistências do paciente, criando um encontro conflituoso no processo de tratamento em que as resistências têm de ser removidas e isto se dá justamente a partir do manejo da transferência. Para tanto, Freud (1912, p. 63) pondera que

Assim, a transferência, no tratamento analítico, invariavelmente nos parece, desde o início, como a arma mais forte da resistência, e podemos concluir que a intensidade e

persistência da transferência constituem efeito e expressão da resistência. Ocupamo-nos do mecanismo da transferência, é verdade, quando o remontamos ao estado de prontidão da libido, que conservou imagens infantis, mas o papel que a transferência desempenha no tratamento só pode ser explicado se entrarmos na consideração de suas relações com as resistências.

Lacan (1954-1955/1985), pontua que a resistência se inicia na relação transferencial a partir do momento no qual o analista intenta propor ao sujeito um ir além necessário para o caminho de uma análise. A resistência é um estado diante de uma interpretação do sujeito e indica um momento no qual ele não pode proceder, fica inviabilizado de ir adiante.

Entretanto, Lacan (1954-1955/1985, p. 287) nos diz que “existe apenas uma resistência, é a resistência do analista”. Nesta reflexão, pontua-se que o analista resiste na relação transferencial quando não maneja o que tem que ser articulado e quando acredita que a interpretação se trata de evidenciar ao sujeito o que ele deseja enquanto objeto sexual (Lacan, 1954-1955/1985).

Lacan (1954-1955/1985, p.287) ainda nos diz que, o caminho para o analista trata de conduzir o sujeito à possibilidade de articular e nomear, “a fazer passar para a existência, este desejo que está, literalmente, para alguém da existência e por isto insiste. Se o desejo não ousa dizer seu nome, o sujeito ainda não o fez surgir”. É neste sentido que a resistência é resistência do analista, resistência que opera do lado da escuta, quando aquilo que deve ser associado e levantado pelo sujeito vai de encontro com o que do conteúdo do analista o faz barrar-se à disposição para escutar e tende a nomear no lugar do sujeito.

Retomo aqui o que evidencia Rosa (2004) e fora mencionado no segundo capítulo desta pesquisa: a resistência é resistência do analista e em relação à escuta diante de situações sob o peso sociopolítico do sofrimento, coloca sua especificidade por estar em uma relação que dispõe frente a frente condições desiguais de pertencimento ao laço social. Analista e analisando simbolizam, na relação com o laço social valores fálicos contrários, possibilitando que

A resistência à escuta do discurso de tais pessoas manifesta-se, do lado do psicanalista, sob vários efeitos. Um deles é o de ficar exclusivamente sob o peso da situação social. A complexidade da situação social dificulta a relação intersubjetiva necessária para o atendimento clínico. Nota-se mais postura de ação do que postura de descoberta; [...] nos atendimentos, ressaltamos o risco dos diagnósticos e encaminhamentos apressados, a partir de comunicação deficiente e descrições superficiais, com o uso inadequado da teoria e da técnica psicanalítica (Rosa, 2004, p. 152).

Ainda no particular do trabalho dentro das instituições e serviços que operacionalizam as políticas públicas, isto se processa também na relação com tais significantes, haja vista que há um pano de fundo pré-disposto, nas políticas públicas, a reiterarem a manutenção de processos de subjetivação cujos sujeitos sejam adaptáveis e manejáveis pela ordem do sistema capitalista. As vinhetas analisadas, em suas diferentes instâncias, orientaram-me para a reflexão de que é necessário atentar-se de forma radical para isto que resiste à escuta nestas situações de extremo desamparo perante o laço social.

As instituições, por seu objetivo político, resistem à escuta do sujeito, ora condicionando-o a um nome único determinado por sua condição social, ora retirando-o de sua relação com o laço social e o culpabilizando exclusivamente pela condição sociopolítica que gera seu sofrimento, ora negando-se a proceder o tratamento diante da ausência ou negação de demanda objetivamente expressa, ora desconsiderando que o que se fala nestes lugares possui palavras carregadas de uma fundamental relação com um processo histórico de desenvolvimento sociopolítico e com o que disto se faz singular em cada sujeito.

A resistência do analista, por sua vez, tende a deparar-se com este detalhe e, justamente por carregar-se da teoria e técnica da psicanálise, pode subverter esta lógica a partir da escuta daquilo que provém do sujeito, mas que não se descola do que está posto na cultura. Ao considerar a dimensão sociopolítica do sofrimento e analisar, a partir da psicanálise, a relação com as questões postas na contemporaneidade, a escuta psicanalítica pode produzir uma fissura no aparato que silencia o sujeito e nega-lhe a condição de falante, condição de produtor de uma fala que diz de sua invenção enquanto sujeito e não de um discurso que se estabelece na via da replicação de discursos preestabelecidos.

Esta é a ética da psicanálise, ética que se produz na relação com o sujeito de desejo. Ética que se nega a nomear no lugar do sujeito que fala. Assim, a partir da constatação da resistência à escuta que se opera nas instituições é que a experiência de escuta psicanalítica produz um tensionamento em relação à lógica da operação institucional das políticas públicas. E, enfim, se há uma resistência em escutar o que diz do desejo do sujeito, há outra resistência que a psicanálise evidencia em escuta: a resistência da própria psicanálise frente ao que se coloca na situação social e política da contemporaneidade. Com efeito, trata-se da resistência política, forma de contrapor-se às práticas dominantes que permeiam a sociedade.

Rosa (2016, p. 66) nos evidencia que não tomar o sujeito pela sua cena social e, ao mesmo tempo, considera-la enquanto um dos elementos que dialogam com o sujeito e sua



porção de invenção singular evidencia que “nossos manejos visam relançar o sujeito em sua trajetória e história”, isto é, esta cisão necessária, este “passo para trás” que, muitas vezes, nas vinhetas contadas foi necessário estabelecer-se, possibilita que o sujeito não fique tomado diante de um Outro absoluto e excessivamente consistente. O silenciamento, a invisibilidade que este Outro mortífero produz, a partir do sistema hegemônico e suas desigualdades, encontra na escuta psicanalítica caminho para iniciar seu descolamento. Nesta breve fissura, neste breve intervalo é que é possível fazer-se sujeito. Nestas curtas ranhuras, resiste-se à hegemonia das instituições, tende-se a não apagar e borrar os conflitos que se encerram nos corredores, recepções e salas de atendimento.

Ainda para a psicanalista (2016), considera-se que na hegemonia há formas de controle social cujo objetivo concentra-se em escamotear tanto os conflitos econômicos e políticos, quanto o mal-estar social. A psicanálise, ao trabalhar sua escuta, defronta-se com tais mecanismos e evidencia a existência de discursos que silenciam o singular de cada história, reduzindo o sujeito político em indivíduo perigoso ou portador de uma doença (Rosa, 2016).

Pensa-se assim que, ao deparar-se com a resistência do analista, desmistifica-la, considera-la como pertença a um quadro político e não atender prontamente ao que se demanda na atuação em políticas públicas sem que haja a devida reflexão, a psicanálise resiste politicamente e possibilita o não escamoteamento dos conflitos sociais e econômicos que incidem sobre os sujeitos, ao passo que não os torna os indivíduos massificados do discurso capitalista. Assim, as políticas públicas e suas representações em serviços e instituições estão envoltas em um conflito que disputa sua função diante do sistema capitalista e neoliberal, conteúdo ao qual a escuta psicanalítica pode se opor e resistir. Para tanto,

Detectar, intervir e reconhecer a face sociopolítica do sofrimento na direção de reposicionar o sujeito em relação ao seu discurso, seu luto, sua voz, dissolver identidades, desarticular gozo, recuperar memórias, repensar as bases do pacto social vigente são formas de conceber a transformação social. Isso porque tais práticas desmascaram o conflito social e permitem que o sujeito político retome a cena não mais como vítima ou algoz, mas como testemunha de um tempo (Rosa, 2016, p. 95).

Considerar na relação transferencial a força do não dito no aparato discursivo dos sujeitos e os determinantes não ditos das cenas sociais é parte do método da psicanálise implicada ética e politicamente, onde se supõe o deslocamento do gozo mortífero confinado politicamente para o desejo e o “resgate da experiência compartilhada do mundo, onde

processos coletivos e a reabilitação do espaço público possam tornar possível a construção de projetos comuns” (Rosa, 2016, p. 91).

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie em seu Ted Talk (2009) intitulado *O Perigo da História Única*, reflete acerca dos estereótipos que vivenciou ao longo de sua vida, sobretudo referente ao que se conta no mundo sobre ser uma mulher africana. Chimamanda trata de que, diante de histórias que nos são contadas, somos vulneráveis e os usos do poder se fazem também através do contar de histórias. Para ela, quem detém o poder político e econômico na sociedade, conta repetidamente uma única história sobre uma coisa e então, finda-se uma única possibilidade para aquela existência. A escritora define o poder como a capacidade de não apenas contar a história de uma pessoa, mas de fazer com que esta seja a história definitiva daquela pessoa. Chimamanda reflete ainda sobre esta condição na relação desigual que se estabelece, em um mundo marcado pelo colonialismo político econômico e cultural que, por sua vez, desenha o continente africano e todos os seus sujeitos como seres unicamente constituídos de desastres e pobreza estereotipadas. O perigo de uma história única, para ela, é de retirar a dignidade das pessoas que assim são contadas, haja vista que, o que dizem os estereótipos não são as únicas possibilidades. Muitas histórias fazem um continente, muitas histórias fazem um país e muitas histórias fazem um povo (Ted, 2009).

Ao ponderar sobre este episódio construído pela escritora nigeriana, reflete-se que, de certa forma, a escuta psicanalítica também intui o questionamento das “histórias únicas”. Ou seja, a psicanálise, pela via da escuta galgada no sujeito do inconsciente, desconfia das palavras ditas, coloca-as entre parênteses, interroga os sentidos dados pela razão. Busca-se uma escuta na direção do desejo do sujeito e aí se criam aberturas para que sejam questionadas as “histórias únicas” contadas no laço social e resiste-se à ideia de que uma sociedade só pode ser formada por indivíduos que objetivam relacionar-se no curto encadeamento do consumo de objetos perante o discurso capitalista. Diante da resistência do analista à escuta e o questionamento perante às demandas institucionais, está o resistir da psicanálise na sua negação em operar um sistema que se coaduna a estas práticas.

## Costuras e aberturas

Produzir a conclusão de uma análise de experiência conforme propôs esta investigação necessita a consideração de que, ao findar-se este processo de escrita, não se finaliza a experiência. O intuito de compartilhar alguma elaboração de uma experiência de escuta psicanalítica proporciona que a mesma, ainda que se trate de um caminho singular, esteja em diálogo com demais sujeitos. A experiência de escuta, neste sentido, apresenta-se aqui enquanto experiência compartilhada, que visa produzir laço e dispõe-se a circular por distintos espaços. Desta forma, a partir de um posicionamento ético-político, a elaboração desta experiência propõe-se a sintetizar algumas ideias, mas também proporcionar espaços de intercâmbio com distintas experiências e construções teóricas.

Assim, com esta investigação foi possível traçar reflexões sobre o caminho da psicanálise nas instituições, articulando suas possíveis contribuições e questionamentos para a escuta realizada no âmbito das políticas públicas. De início, a questão deste cenário enquanto espaço repleto de discursos em contradição se coloca no campo de trabalho desta pesquisa e diz de nuances refletidas na possibilidade da escuta psicanalítica. Destaca-se a perspectiva de que, historicamente, as políticas públicas construíram-se a partir da lógica liberal. Isto é, o Estado de Bem-Estar não rompe com a concepção liberal de organização social, propiciando a legitimidade da relação capital-trabalho.

Desta forma, faz-se necessário tensionar o debate sobre políticas públicas tomando-as como um *locus* em disputa na direção da garantia de direitos em detrimento de sua organização enquanto sustentáculo para o capital. Tal posição confere-nos a possibilidade de viabilizar também a escuta dos discursos hegemônicos nas malhas das instituições encabeçadas pela estrutura discursiva do capitalismo e do neoliberalismo.

Neste sentido, a psicanálise enquanto método de pesquisa nos possibilita um viés capaz de sinalizar a marca de traços significantes de determinados discursos que percorrem as instituições. Trabalhar a partir da análise transferencial de uma experiência de escuta faz desmembrar o mais trivial da linguagem, isto é, as palavras que circundam o cotidiano da escuta, os tropeços de passos apressados nos corredores, escadas e salas de atendimento. A psicanálise implicada politicamente oferece um leque de análise que se estende na relação do mais singular significativo com o efeito de produção social que cada sintoma carrega e compartilha coletivamente. Deixar guiar-se pelo fio da livre associação e pela a atenção

flutuante no momento de escrita e escolha das cenas vividas expressa também uma perspectiva de método balizado pela psicanálise que resulta não em uma generalização que visa carimbar conceitos e verdades, mas sim em uma experiência singular que se dispõe a compartilhar suas vicissitudes a partir da linguagem, expondo-se para o debate em uma pesquisa.

A psicanálise como dispositivo clínico-político conduz para que, a partir de sua concepção de sujeito que se faz na relação com a cultura, seja possível pensar o sujeito em seu laço social. Ou seja, a escuta psicanalítica possibilitar tomar a fala em um enlaçamento que articula o singular do sujeito em sua relação com aquilo que carrega de compartilhado nas tramas culturais de sua experiência. O sujeito da psicanálise é um sujeito político e tal dimensão é fundamental para o trabalho em políticas públicas.

As vinhetas clínicas trabalhadas nesta pesquisa, a partir da escuta de Ruan, Isabel e Silvia, Mariana, João e Tainá, nos convocam a algumas reflexões acerca das possibilidades da psicanálise inserida nas instituições. De início, a entrada nas instituições e a possível abertura para escuta se fez questão ao desconfiar-se da negativa de fala de Ruan e dos sentidos emaranhados nas relações institucionais que carregavam as palavras de Isabel e Silvia. Em Mariana, presenciou-se esta primeira negativa em falar contingenciada a partir de suas anteriores experiências vividas em outras instituições. Ali, não havia distinção entre analista e tais experiências pregressas. A partir da escuta psicanalítica foi possível ler esta relação que se interpunha na transferência. Possibilitou-se assim um descolamento, em alguns momentos, das práticas discursivas que circulam nos serviços, questionando as demandas que se arrefecem sobre os sujeitos, tornando viável que os mesmos pudessem tomar suas palavras. No âmbito das políticas públicas, a abertura para a escuta psicanalítica tende a encontrar inúmeros entraves e, na esteira de uma sustentação ético-política, faz-se possível criar este espaço. No entanto, esta invenção não se dá sem tensões evidentes, haja vista que se articulam em distintas práticas discursivas. Pôr em questão o Outro que tudo nomeia e que, por fim, silencia o sujeito e, sobretudo, negar-se a ocupar este lugar de excessiva consistência diante dos sujeitos, mostrou-se como um dos caminhos possíveis para sustentar a escuta psicanalítica nas políticas públicas.

Entretanto, como se vê na análise da experiência, as políticas públicas orientadas por uma lógica que sustenta o discurso capitalista, muitas vezes vão de encontro com este sujeito que se busca a partir da psicanálise. Isto é, a dificuldade em instituir esta hiância necessária para que emerja o sujeito da falta fica evidente nos meandros das instituições. Através delas, o Estado e seus representantes dizem pelo e sobre o sujeito, que, em diversos momentos, reduz-

se a um objeto de aplicação de protocolos e serviços, sem experiência, sem singularidade, universalizado em uma demanda homogênea da sociedade.

Todavia, justamente por configurarem-se enquanto campo em disputa, as políticas públicas e o trabalho em instituições também podem oferecer espaços de ruptura com esta massificação a partir do tensionamento na direção da escuta de sujeitos em sofrimentos marcados por situações sociopolíticas extremas. A psicanálise e sua implicação ético-política oferece um arcabouço que sustenta um sujeito singular na sua relação com a cultura, com a linguagem corrente no campo do Outro e, ao mesmo tempo, no que nos falta a partir da palavra e que, por sua vez, instaura a possibilidade de invenção a partir do desejo. Recobrar este sujeito diante do trabalho nas instituições possui breves efeitos na direção da construção de políticas que questionem o discurso da hegemonia.

Apesar das contradições que assim se dispõem, no aparato da escuta orientada desta maneira, é possível considerar aspectos sociopolíticos na relação transferencial e seus desdobramentos a partir das singulares formas de comparecimento no laço social. Sustentar esta ética no encontro com outros técnicos, no trabalho em equipe e com diversos pontos da rede, embora seja tarefa bastante árdua de se manter constantemente, é fundamental para questionarmos o trabalho e não atuarmos de maneira a favorecer, sem reflexão, a manutenção dos discursos massificadores e segregadores.

A partir das vinhetas construídas neste artigo, foi possível pensar acerca da função do analista como um Outro que não cala, que não responde diretamente às demandas firmadas a partir do sujeito ou das instituições que os encaminham. O analista neste contexto, mais do que nunca, encaminha-se a suspender seu próprio discurso sobre o outro, seu saber, para que seja interpelado o sujeito que falta, sujeito que, a partir disso pode falar e não se calar diante de um Outro onipotente. A resistência do próprio analista, tomado nas demandas das instituições evidencia a resistência à escuta do sujeito. Dispor a colocar em escuta esta mesma resistência é fundamental para que se opere a partir da psicanálise neste contexto.

Posto isto, é também fundamental uma implicação ético-política, atendendo-se para a análise do cenário social, político e econômico que se processa na contemporaneidade. Os significantes que marcam a desigualdade social também circulam na experiência do analista e na experiência do sujeito. Isto está em jogo na transferência e, nas políticas públicas, toma-los como presença no trabalho cotidiano é resistir diante de práticas discursivas que silenciam o

sujeito. Se há a resistência do analista à escuta, há também, em um complexo processo, o resistir da escuta psicanalítica nas instituições.

Por fim, considera-se então que há contradições dispostas no trabalho da escuta psicanalítica nas políticas públicas. Estes conflitos exigem que o analista se posicione ética e politicamente diante das atitudes a serem tomadas nos atendimentos e no trabalho em equipe. Tal contraponto não se opera de maneira fluida, tampouco sustenta-se a todo momento, mas, em seu curto alcance, pode propiciar o deslizamento dos próprios discursos de equipes, profissionais e usuários da rede. Longe de estabelecer-se enquanto transformação social estrutural, a psicanálise pode, todavia, oferecer resistência à plena implantação do programa político hegemônico. Considera-se, assim, o trabalho de escuta a partir de fissuras neste discurso como potente para a contribuição neste contexto a partir da escuta psicanalítica, propiciando a dimensão de um sujeito que fala sobre si e inventa-se no laço social, em detrimento de reafirmar um sujeito que reflete a mera adaptação a um sistema sociocultural necessário para a manutenção de uma ordem político-econômica.

## Referências

- Betts, J. (2014). *Desamparo e Vulnerabilidades no Laço Social – a função do psicanalista*. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. (45-46) 9-19.
- Boron, A. (1994). *Estado, capitalismo e democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Broide, E. E. (2017). *A supervisão como interrogante da práxis clínica: desejo de analista e a transmissão em psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Cerqueira, D. et. al. (2017). *Atlas da Violência*. Rio de Janeiro: IPEA.
- Checchia, M. (2015). *Poder e política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume.
- Faleiros, V. P. (2009). *A Política Social do Estado Capitalista*. (12 ed.) São Paulo: Cortez.
- Costa, A. M. M. (2018). *Considerações sobre transmissão e posição clínica no discurso*. In: Rosa et. al. *As escritas do ódio: psicanálise e política*. São Paulo: Escuta/Fapesp.
- Dunker, C. I. L. (2015) *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo.
- Elia, L. (2000). *Psicanálise: clínica & pesquisa*. In: Alberti S; Elia, L. (Org.) *Clínica e Pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos
- Feffermann, M. (2006). *Vidas Arriscadas: o cotidiano de jovens trabalhadores do tráfico*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Franco, M. (2015). *UPP: A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, RJ, Brasil.
- Freud, S. (1996). *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1912).
- Freud, S. (1914). *Recordar, Repetir, Elaborar*. In Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol.XII). Rio de Janeiro: Imago
- Freud, S. (1915) *Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise)*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XII. Rio de Janeiro: Imago
- Freud, S. (1919). *Caminhos da terapia psicanalítica*. In: Sigmund Freud Obras Completas. Vol 14. São Paulo: Companhia das Letras.

Freud, S. (1926). *A questão da análise leiga: conversações com uma pessoa imparcial*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Vol XX. Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1996). *O mal-Estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1930).

Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

Laurell, A. C. (2002). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. São Paulo: Cortez.

Lacan, J. (1985). *O Seminário - livro 2 – o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1957-1958).

Lacan, J. (1992). *O Seminário – livro 17 – o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1953).

Lacan, J. (1998). *O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada*. In: Escritos, Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1945).

Lacan, J. (1998). *Função e campo da fala e da linguagem*. In: Escritos, Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1953).

Lacan, J. (1999). *O Seminário - livro 5 – as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1957-1958).

Lacan, J. (2005). *Nomes-do-pai*. Rio de Janeiro: Zahar.

Lacan, J. (2008). *O Seminário – livro 11 – os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1964).

Lacan, J. (2010). *O Seminário – livro 8 – a transferência*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1960-1961).

Lacan, J. (2016). *O Seminário - livro 6 – o desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar (Obra original publicada em 1958-1959).

Lenin, V. I. (1917/2017). *O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado na revolução*. São Paulo: Boitempo.

Marsillac, A. L. M. (2015). *Otro Cuerpo: entre o real e o ficcional na arte de Mário Ayguavives*. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. 26-34.

Pereira, P. A. P. (2008) *Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania*. In: Boschetti, et al (Org.) *Política Social no Capitalismo*. São Paulo: Cortez.



Poli, M. C. (2012). *Leituras da clínica, escritas da cultura*. Campinas: Mercado das Letras.

Rosa, M. D. (2012). *Psicanálise implicada: Vicissitudes das práticas clínico-políticas*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre n. 41-42, p. 29-40.

Rosa, M. D. (2016). *A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp.

Rosa, M. D. (2004). *Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas*. In. Adolescência: um problema de fronteiras. Porto Alegre: APPOA.

Rosa, M. D. (2012). *Psicanálise implicada: Vicissitudes das práticas clínico-políticas*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre n. 41-42, p. 29-40.

Rosa, M. D. (2016). *A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. São Paulo: Escuta/Fapesp

Santos, M. (2012). *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp.

Santos, M. (2014). *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp.

Serra-pinho, M. A. et. al. (2004). *Transtorno desafiador de oposição: uma revisão de correlatos neurobiológicos e ambientais, comorbidades, tratamento e prognóstico*. Revista Brasileira de Psiquiatria, n. 26, São Paulo.

TED (2009, outubro 7). *Chimamanda Adichie: o perigo de uma única história*. [arquivo de vídeo] Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg>

Yamamoto, O. H., Oliveira, I. F. (2010). *Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos*. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. (26) 9-24. Recuperado de: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-37722010000500002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002)